

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	142
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	145
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.156
Preferenciais	39.676
Total	104.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	349
Total	349

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	15.508.260	14.958.795
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.198.425	1.776.710
1.01.01	Caixa	947.468	1.226.392
1.01.02	Aplicações de Liquidez	250.957	550.318
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	183.859	458.400
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	67.098	91.918
1.02	Ativos Financeiros	12.468.891	11.266.561
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	111.346	116.096
1.02.01.01	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	111.346	116.096
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	774.190	751.654
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	774.190	751.654
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	11.583.355	10.398.811
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	85.413	132.821
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	43.533	56.679
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.715.855	10.475.224
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-457.929	-454.379
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	196.483	188.466
1.03	Tributos	643.624	645.359
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	103.564	94.662
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	522.074	530.174
1.03.03	Outros	17.986	20.523
1.04	Outros Ativos	368.348	471.546
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	64.194	55.315
1.04.03	Outros	304.154	416.231
1.04.03.01	Material em Estoque	4.175	4.863
1.04.03.02	Despesas Antecipadas	66.912	60.378
1.04.03.03	Outros Créditos	233.067	350.990
1.05	Investimentos	590.996	559.704
1.05.03	Participações em Controladas	575.286	543.994
1.05.03.01	No País	575.286	543.994
1.05.05	Outros Investimentos	15.710	15.710
1.05.05.01	Outros Investimentos	16.392	16.392
1.05.05.02	(Provisão para Perdas)	-682	-682
1.06	Imobilizado	136.994	138.178
1.06.01	Imobilizado de Uso	343.498	342.122
1.06.01.01	Imóveis de Uso	18.261	18.261
1.06.01.02	Outras Imobilizações de Uso	325.237	323.861
1.06.03	Depreciação Acumulada	-206.504	-203.944
1.07	Intangível	100.982	100.737
1.07.01	Intangíveis	243.458	234.555
1.07.03	Amortização Acumulada	-142.476	-133.818

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	15.508.260	14.958.795
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.231.773	12.725.926
2.02.01	Depósitos	11.472.892	11.043.347
2.02.01.01	Depósitos à Vista	535.805	551.671
2.02.01.02	Depósitos de Poupança	184.707	196.467
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	365.141	148.436
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	10.387.239	10.146.773
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	45.590	56.679
2.02.02.01	Carteira Própria	2.057	0
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	43.533	56.679
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	140.264	140.030
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	136.396	137.157
2.02.03.02	Relações Interdependências	3.868	2.873
2.02.04	Outras Captações	1.573.027	1.485.870
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	107.070	109.111
2.02.04.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.880	1.871
2.02.04.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	662.943	752.950
2.02.04.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	801.134	621.938
2.03	Provisões	236.227	236.883
2.03.01	Provisões para Outros Passivos	236.227	236.883
2.04	Passivos Fiscais	44.242	44.529
2.04.01	Correntes	41.310	43.882
2.04.02	Diferidos	2.932	647
2.05	Outros Passivos	685.006	678.447
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41.077	5.564
2.05.02	Câmbio Vendido a Liquidar	610	0
2.05.03	Obrigações por Compra de Câmbio	608	0
2.05.04	Sociais e Estatutárias	36.271	50.667
2.05.05	Negociação e Intermediação de Valores	1.126	1.297
2.05.06	Obrigações por Convênios Oficiais	183.642	183.973
2.05.07	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.387	16.751
2.05.08	Provisão para Pagamentos a Efetuar	158.543	157.813
2.05.09	Credores Diversos - País	254.666	244.011
2.05.10	Outros	3.076	18.371
2.07	Patrimônio Líquido	1.311.012	1.273.010
2.07.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540
2.07.02	Reservas de Capital	39.545	39.545
2.07.02.01	Ágio na Emissão de Ações	43.375	43.375
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-3.830
2.07.03	Reservas de Reavaliação	98	100
2.07.04	Reservas de Lucros	620.624	620.624
2.07.04.01	Reserva Legal	97.716	97.716
2.07.04.02	Reserva Estatutária	522.908	522.908
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.441	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	4.764	15.201

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.056.652	809.447
3.01.01	Operações de Crédito	1.005.480	713.758
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	60.887	44.227
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.500	24.068
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	19	-3.511
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	766	1.597
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	29.308
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-488.683	-327.936
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-355.671	-210.271
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-160	-244
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-23.936	-13.314
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-108.916	-104.107
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	567.969	481.511
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-483.750	-424.513
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	90.017	67.597
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços - Diversas	17.285	16.736
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	72.732	50.861
3.04.03	Despesas com Pessoal	-123.684	-106.168
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-204.267	-215.305
3.04.05	Despesas Tributárias	-40.370	-33.708
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	12.833	40.744
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-249.548	-194.384
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	31.269	16.711
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	84.219	56.998
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.094	-9.881
3.06.01	Corrente	-8.835	39.419
3.06.02	Diferido	-7.259	-49.300
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	68.125	47.117
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	68.125	47.117
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	68.125	47.117
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	2,608	1,804
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,304	0,902
3.99.01.01	ON	0,652	0,451
3.99.01.02	PN	0,652	0,451
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	1,304	0,902
3.99.02.01	ON	0,652	0,451
3.99.02.02	PN	0,652	0,451

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	68.125	47.117
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-10.460	1.054
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	5	1.054
4.02.01.01	Títulos Disponíveis para Venda	9	1.917
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-4	-863
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-10.465	0
4.02.02.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-10.465	0
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	23	1.314
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	23	1.314
4.03.01.01	Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas	23	1.314
4.04	Resultado Abrangente do Período	57.688	49.485
4.04.01	Lucro Atribuível ao Controlador	57.688	49.485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-797.211	-177.228
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	214.627	157.861
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	84.219	56.998
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	130.408	100.863
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.011.838	-335.089
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.554	-4.604
6.01.02.02	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-24.406	-21.309
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras	-8.296	1.170
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Relações Interdependências	995	-12.739
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-1.357.497	-877.661
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-4.402	-38.878
6.01.02.07	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-5.846	-4.455
6.01.02.08	Aumento em Depósitos	429.545	280.200
6.01.02.09	(Redução) em Captações no Mercado Aberto	-11.089	-24.740
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-2.041	24.415
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Outras Obrigações	-73.815	346.099
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-15.540	-2.587
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	85.849	293.820
6.02.01	Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	6.625	282.786
6.02.02	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	280
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	59	19
6.02.04	Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-4.750	-1.507
6.02.05	Aquisição de Investimentos	0	-683
6.02.06	Aquisição de Imobilizado de Uso	-7.999	-1.000
6.02.07	Aplicações no Intangível	-9.267	-6.263
6.02.08	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	101.181	20.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	133.077	-6.644
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	162.830	19.857
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-29.753	-28.070
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.569
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-578.285	109.948
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.776.710	1.186.832
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.198.425	1.296.780

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	597.540	39.645	620.624	0	0	15.201	1.273.010
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	39.645	620.624	0	0	15.201	1.273.010
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-19.686	0	-19.686
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.686	0	-19.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	68.125	-10.437	57.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	68.125	0	68.125
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-10.437	-10.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2	0	0	2	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2	0	0	2	0	0
5.07	Saldos Finais	597.540	39.643	620.624	0	48.441	4.764	1.311.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	597.540	37.869	478.082	0	0	11.000	1.124.491
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	37.869	478.082	0	0	11.000	1.124.491
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.640	-71	0	0	0	1.569
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.640	-71	0	0	0	1.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	47.117	2.368	49.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	47.117	0	47.117
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	2.368	2.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2	0	0	2	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2	0	0	2	0	0
5.07	Saldos Finais	597.540	39.507	478.011	0	47.119	13.368	1.175.545

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	802.772	620.193
7.01.01	Intermediação Financeira	1.056.652	809.447
7.01.02	Prestação de Serviços	90.017	67.597
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-108.916	-104.107
7.01.04	Outras	-234.981	-152.744
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-379.767	-223.829
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-162.647	-175.483
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-11.755	-11.775
7.03.02	Serviços de Terceiros	-76.375	-103.501
7.03.04	Outros	-74.517	-60.207
7.03.04.01	Comunicações	-2.645	-2.685
7.03.04.02	Processamento de Dados	-34.958	-24.974
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-6.173	-9.640
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-5.443	-1.263
7.03.04.05	Transportes	-9.987	-8.166
7.03.04.06	Outros	-15.311	-13.479
7.04	Valor Adicionado Bruto	260.358	220.881
7.05	Retenções	-18.112	-16.823
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.112	-16.823
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	242.246	204.058
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.269	16.711
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.269	16.711
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	273.515	220.769
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	273.515	220.769
7.09.01	Pessoal	106.857	90.763
7.09.01.01	Remuneração Direta	78.814	66.635
7.09.01.02	Benefícios	21.992	19.030
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.051	5.098
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.025	59.890
7.09.02.01	Federais	69.188	55.290
7.09.02.02	Estaduais	4	4
7.09.02.03	Municipais	5.833	4.596
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	23.508	22.999
7.09.03.01	Aluguéis	23.508	22.999
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	68.125	47.117
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.686	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.439	47.117

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	16.106.035	15.487.360
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.225.204	1.802.630
1.01.01	Caixa	947.473	1.226.395
1.01.02	Aplicações de Liquidez	277.731	576.235
1.02	Ativos Financeiros	13.006.204	11.814.025
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	111.346	116.096
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	227.433	200.661
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	961.554	938.970
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	961.554	938.970
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	11.705.871	10.558.298
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	68.617	78.227
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	16.759	30.762
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	863
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.561.312	10.390.766
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	59.183	57.680
1.03	Tributos	716.103	714.964
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	127.020	120.125
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	563.739	574.550
1.03.03	Outros	25.344	20.289
1.04	Outros Ativos	351.097	349.856
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	64.194	55.315
1.04.03	Outros	286.903	294.541
1.05	Investimentos	25.425	25.428
1.05.03	Propriedades para Investimento	3.094	3.097
1.05.04	Outros Investimentos	22.331	22.331
1.06	Imobilizado	681.020	679.720
1.06.01	Imobilizado de Uso	147.715	149.422
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	533.305	530.298
1.07	Intangível	100.982	100.737
1.07.01	Intangíveis	243.458	234.555
1.07.03	Amortização Acumulada	-142.476	-133.818

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	16.106.035	15.487.360
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.106.793	12.508.002
2.02.01	Depósitos	11.370.138	10.841.812
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	16.759	30.762
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	140.264	140.030
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	136.396	137.157
2.02.03.02	Relações Interdependências	3.868	2.873
2.02.04	Outras Captações	1.579.632	1.495.398
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	115.555	120.510
2.02.04.02	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	662.943	752.950
2.02.04.03	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	801.134	621.938
2.03	Provisões	268.507	270.495
2.03.01	Provisões para Outros Passivos	268.507	270.495
2.04	Passivos Fiscais	112.263	122.839
2.04.01	Correntes	105.086	117.967
2.04.02	Diferidos	7.177	4.872
2.05	Outros Passivos	1.229.411	1.223.479
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41.077	5.564
2.05.02	Obrigações por Compra de Câmbio	1.218	0
2.05.03	Sociais e Estatutárias	39.342	56.556
2.05.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.253	1.754
2.05.05	Obrigações por Convênios Oficiais	183.642	183.973
2.05.06	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	538.691	547.171
2.05.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	162.757	162.323
2.05.08	Credores Diversos - País	259.710	248.920
2.05.09	Outros	1.721	17.218
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.389.061	1.362.545
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	1.342.834	1.316.167
2.07.01.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540
2.07.01.02	Reservas de Capital	39.545	39.545
2.07.01.02.01	Ágio na Emissão de Ações	43.375	43.375
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-3.830
2.07.01.04	Reservas de Lucros	620.624	620.624
2.07.01.04.01	Reserva Legal	97.716	97.716
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	522.908	522.908
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	80.361	43.257
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	4.764	15.201
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	46.227	46.378

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.071.398	826.808
3.01.01	Operações de Crédito	1.015.593	729.479
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	65.520	45.867
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.500	24.068
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	19	-3.511
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	766	1.597
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	29.308
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-510.780	-362.786
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-349.134	-206.777
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-160	-244
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-24.152	-13.328
3.02.04	Descontos Concedidos	-15.248	-6.447
3.02.05	Comissão de Originação de Operações de Crédito	-19.464	-23.367
3.02.06	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-102.622	-112.623
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	560.618	464.022
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-485.278	-383.338
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	114.095	98.618
3.04.03	Despesas com Pessoal	-134.395	-115.594
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-192.778	-190.408
3.04.05	Despesas Tributárias	-46.436	-38.509
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	13.688	64.461
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-239.452	-201.906
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	75.340	80.684
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.790	-25.207
3.06.01	Corrente	-7.977	19.780
3.06.02	Diferido	-10.813	-44.987
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	56.550	55.477
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	56.550	55.477
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	56.550	55.477
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	56.142	55.408
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	408	69
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	2,15	2,122
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,075	1,061
3.99.01.01	ON	0,5373	0,5304
3.99.01.02	PN	0,5373	0,5304
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	1,075	1,061
3.99.02.01	ON	0,5373	0,5304
3.99.02.02	PN	0,5373	0,5304

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	56.142	55.408
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-10.437	2.368
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	28	2.368
4.02.01.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	32	3.231
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-4	-863
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-10.465	0
4.02.02.01	(Perdas) Atuariais de Plano de Benefício Definido	-10.465	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	45.705	57.776
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	45.297	57.707
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	408	69

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-698.809	-152.376
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	247.258	275.486
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	75.340	80.684
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	171.918	194.802
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-946.067	-427.862
6.01.02.01	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-1.245.445	-853.854
6.01.02.02	Ativos Fiscais Correntes	-11.950	-68.935
6.01.02.03	Ativos não Correntes Mantidos para Venda	-8.879	258
6.01.02.04	Ativos Fiscais Diferidos	-2	0
6.01.02.05	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-24.427	-30.639
6.01.02.06	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-26.772	0
6.01.02.07	Outros Ativos	-16.358	17.853
6.01.02.08	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	598.791	539.608
6.01.02.09	Passivos Fiscais Correntes	2.394	33.114
6.01.02.10	Provisões	-1.988	9.410
6.01.02.11	Passivos Fiscais Diferidos	2.301	2.333
6.01.02.12	Outros Passivos	-190.480	-68.137
6.01.02.13	Impostos Pagos	-23.252	-8.873
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.314	275.801
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-4.750	-1.507
6.02.02	Aquisição de Ativo Tangível	-8.132	-1.089
6.02.03	Aquisição de Ativo Intangível	-9.267	-6.263
6.02.04	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.625	282.786
6.02.05	Alienação de Ativo Tangível	6.846	1.874
6.02.06	Alienação de Ativo Intangível	364	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	129.697	-7.637
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	162.830	19.857
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-32.574	-29.263
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.569
6.03.04	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	-559	200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-577.426	115.788
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.802.630	1.212.577
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.225.204	1.328.365

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	597.540	39.545	620.624	0	43.257	15.201	1.316.167	46.378	1.362.545
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	39.545	620.624	0	43.257	15.201	1.316.167	46.378	1.362.545
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-19.686	0	-19.686	0	-19.686
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.686	0	-19.686	0	-19.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	56.142	-10.437	45.705	408	46.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	56.142	0	56.142	408	56.550
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-10.437	-10.437	0	-10.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	648	0	648	-559	89
5.07	Saldos Finais	597.540	39.545	620.624	0	80.361	4.764	1.342.834	46.227	1.389.061

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	597.540	37.761	478.082	0	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	37.761	478.082	0	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.640	-71	0	0	0	1.569	0	1.569
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.640	-71	0	0	0	1.569	0	1.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	55.408	2.368	57.776	69	57.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	55.408	0	55.408	69	55.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	2.368	2.368	0	2.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	2	0	2	200	202
5.07	Saldos Finais	597.540	39.401	478.011	0	98.845	13.368	1.227.165	47.688	1.274.853

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	858.780	676.191
7.01.01	Intermediação Financeira	1.071.398	826.808
7.01.02	Prestação de Serviços	114.095	98.618
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-102.622	-112.623
7.01.04	Outras	-224.091	-136.612
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-408.158	-250.163
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-162.790	-137.558
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-12.316	-12.230
7.03.02	Serviços de Terceiros	-64.433	-61.804
7.03.04	Outros	-86.041	-63.524
7.03.04.01	Comunicações	-2.751	-2.752
7.03.04.02	Processamentos de Dados	-33.886	-25.895
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-6.364	-10.572
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-5.370	-1.203
7.03.04.05	Despesas de Transporte	-10.021	-8.180
7.03.04.06	Outros	-27.649	-14.922
7.04	Valor Adicionado Bruto	287.832	288.470
7.05	Retenções	-29.988	-52.850
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.988	-52.850
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	257.844	235.620
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	257.844	235.620
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	257.844	235.620
7.09.01	Pessoal	115.820	98.567
7.09.01.01	Remuneração Direta	86.613	73.597
7.09.01.02	Benefícios	22.924	19.724
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.283	5.246
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.474	81.576
7.09.02.01	Federais	78.219	76.001
7.09.02.02	Estaduais	6	7
7.09.02.03	Municipais	7.249	5.568
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.550	55.477
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.686	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.456	55.408
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	408	69



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, projeções recentes indicam perspectivas de crescimento anual da ordem de 2,9%, ante expansão de 3,4% em 2022. Embora o cenário econômico mundial seja desafiador, a economia chinesa apresenta perspectivas de expansão da ordem de 5,0%, ante crescimento de 3,0% em 2022. Pressões inflacionárias, política monetária restritiva em diversos países e conflitos geopolíticos continuam como as principais causas da desaceleração da economia mundial.

No Brasil, indicadores recentes apontam para continuidade do ciclo de queda no ritmo da atividade econômica, na comparação com o desempenho de 2022. As perspectivas são de crescimento anual do PIB da ordem de 1,2%, ante expansão de 2,9% no ano anterior.

No trimestre, a atividade econômica desenvolveu-se em um cenário desafiador. Embora o aumento do salário mínimo e transferências governamentais tenham proporcionado certo alento para o consumo das famílias, o crédito mais restritivo, a inflação e a taxa de juros Selic elevadas continuaram a pressionar a atividade econômica.

Quanto ao comportamento da inflação, o IPCA acumulou variação de 2,09% no acumulado dos três primeiros meses do ano e de 4,65% nos últimos doze meses. Nesse contexto, a taxa Selic que estava em 9,25% ao ano em janeiro de 2022 subiu gradativamente e alcançou os atuais 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 0,5% no trimestre e 12,0% nos últimos doze meses findos em março. As provisões para risco de crédito têm exibido trajetória ascendente. Subiram gradativamente de 5,8% em janeiro de 2022 para 6,2% em dezembro e alcançam 6,4% em março de 2023. No Sistema Financeiro Nacional, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito da ordem de 7,6%, ante expansão de 14,0% em 2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

No ano em que completa 80 anos de atuação no concorrido mercado financeiro brasileiro, o Banco Mercantil mais uma vez superou grandes desafios decorrentes do atual cenário econômico, do ambiente regulatório e de negócios.

O expressivo desempenho alcançado no trimestre decorreu do elevado domínio que os Gestores possuem sobre o negócio e de um bem treinado quadro de Colaboradores, propiciando um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de se adaptar ao cenário vigente em cada nova circunstância.

De fato, é notório o acerto da estratégia adotada ao longo dos últimos anos, proporcionando vigorosa ampliação da carteira de crédito e diversificação do portfólio de serviços; o equilíbrio entre o custo de captação e as receitas de intermediação, privilegiando a captação pulverizada; os avanços alcançados na utilização de tecnologia para alavancar a prospecção de produtos e serviços de qualidade; o trabalho diário com afinco dos colaboradores e do inestimável apoio dos Clientes, que confiam na solidez, na segurança e no bom atendimento como valores indissociáveis do Mercantil, potencializaram o resultado no trimestre. Nesse contexto, o lucro líquido no trimestre alcançou expressivo crescimento de 42,8%, posicionando-se em R\$ 68,1 milhões, conforme detalhamentos a seguir.

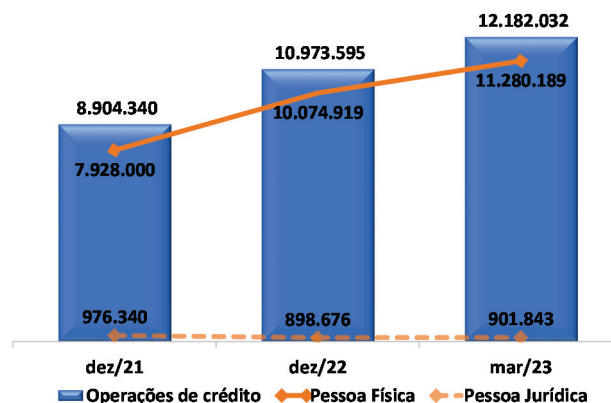
Cor M+ o Desempenho

• Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 15,5 bilhões, crescimento de 4,3% na comparação com dezembro de 2022. Os ativos circulantes atingiram R\$ 7,2 bilhões e os passivos de curto prazo somaram R\$ 4,9 bilhões. As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,3 bilhão. Não há títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento de que trata a Circular Bacen nº 3.068/2001.

• Carteira de Crédito

As operações de crédito alcançaram R\$12,2 bilhões, apresentando relevante crescimento de 11,2% comparativamente a dezembro de 2022; e de 25,6% nos últimos doze meses, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida e ainda crescente concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão e destacada qualidade de R\$ 1,2 bilhão (12,0%) em 3 meses; R\$ 2,6 bilhões (29,6%) em 12 meses. As duas linhas de crédito que mais cresceram no trimestre foi o crédito com garantia em FGTS, que saltou de R\$ 1,5 bilhão em dezembro de 2022 para R\$ 2,0 bilhões em março de 2023, crescimento da ordem de 34,7% no trimestre e de 134,9% em 12 meses; e o crédito consignado INSS, que saltou de R\$ 5,4 bilhões em dezembro de 2022 e alcançou R\$ 5,9 bilhões em março de 2023, crescimento da ordem de 9,0% no trimestre e de 23,6% em 12 meses. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, foi fruto de estratégia bem-sucedida e trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios.



As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de "AA" até "C", representam 94,4% do total da carteira de crédito, ante 93,6% de dezembro de 2022 e 92,0% em março de 2022, denotando a destacada qualidade da carteira de crédito da Instituição. Nesse sentido, a provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 3,9% (4,2% em dezembro de 2022 e 5,4% em março de 2022) sobre o total da carteira de crédito. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 8.

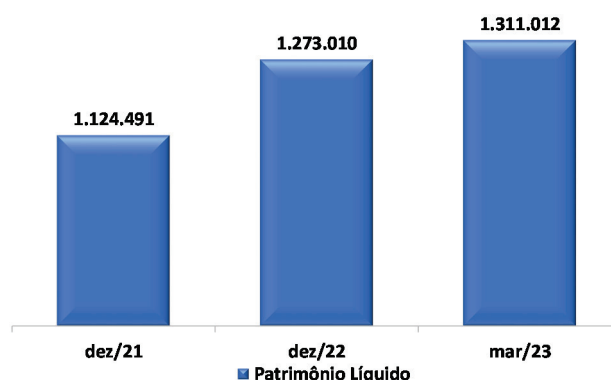
• Captação de Recursos

Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 13,0 bilhões, com crescimento de 4,8% nos três primeiros meses de 2023 e 25,9% e nos últimos doze meses. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 10,3 bilhões, crescimento de 3,5% no trimestre e 19,4% nos últimos doze meses.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 870,1 milhões. Desse total, R\$ 496,9 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital, Nível II" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 436,7 milhões estão homologadas para composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 60,2 milhões são instrumentos de dívida perpétua elegíveis a capital complementar (Nível I).

• Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido do Banco Múltiplo alcançou crescimento de 3,0% no período de três meses, posicionando-se em R\$ 1,3 bilhão.



Cor M+ o Desempenho

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,1 bilhão (crescimento de 30,8%). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 35,2% sobre igual período de 2022.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, posicionou-se em R\$ 590,7 milhões, evolução de 18,4%.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 132,9 milhões (R\$ 98,6 milhões em março de 2022), crescimento de 34,7%.

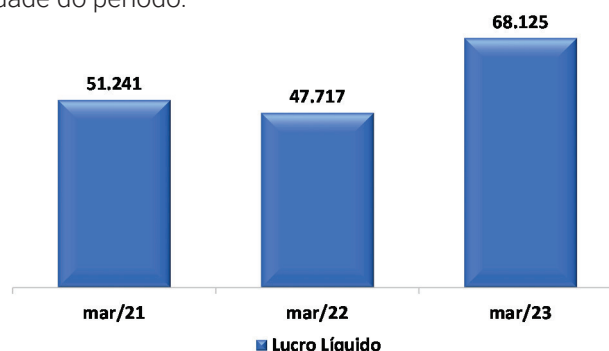


As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 134,4 milhões (R\$ 115,6 milhões em março de 2022), evolução de 16,3% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 86,2 milhões, crescimento de 10,9%, diante da inflação de 4,6% nos últimos doze meses.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 207,0 milhões (R\$ 222,3 milhões em março de 2022), queda nominal de 6,9%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 19.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 97,9 milhões, expressiva evolução de 51,1%.

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 68,1 milhões, crescimento de expressivos 42,8%. No trimestre, o retorno é de 5,3% sobre o Patrimônio Líquido médio de R\$ 1.292,0 milhões, equivalente a 22,8% anualizado, não obstante a relevante atipicidade do período.



- TALENTOS E CULTURA

>> Treinamentos e Apoio aos Colaboradores

No trimestre, foram registradas 50.108 participações em treinamentos, sendo 50.101 participações pela Academia Mercantil e 7 participações nos treinamentos presenciais/online internos, totalizando 30.801 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 11:45 horas de treinamento por funcionário.

Cor o Desempenho

Nesses eventos, vale citar os treinamentos de Autorregulação Bancária, SARBs Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas. Destacamos também a Trilha de Aprendizagem chamada de 5.0, com foco Comercial, que tem como objetivo qualificar os colaboradores recém-admitidos, para atuarem no atendimento do Banco Mercantil. Esta trilha é composta de 47 conteúdos que foram atualizados no 1º trimestre de 2023 e contou com a participação de todos os colaboradores contratados para o cargo de Agente Comercial e Suporte – Escriturário.

Persiste a ênfase no processo de transformação cultural, com foco na melhoria de desempenho de seus colaboradores. Aperfeiçoou o Ciclo de Avaliação, onde todos os colaboradores tiveram suas metas corporativas acordadas e cadastradas. Os resultados de 2022 foram mapeados através da ferramenta *Nine Box* (matriz de desempenho e potencial), sendo que todas as lideranças passaram pelo processo de avaliação com o objetivo de garantir *feedbacks* assertivos e melhorias de desempenho.

No trimestre, a avaliação do Período de Experiência dos colaboradores foi automatizada, com foco no monitoramento do período de adaptação dos recém-admitidos, promovendo melhorias no *onboarding*. Também foram criados manuais que orientam as lideranças para facilitar a adaptação dos novatos.

Os cuidados com a saúde física e emocional dos colaboradores tem ganhado atenção frequente com o Programa Meu Bem-Estar, que reúne dicas, iniciativas e ações ligadas ao tema, além do Gympass para exercícios físicos em academias. O Canal de Apoio oferece assistência especializada e confidencial, sempre que preciso, para todos os colaboradores: Apoio emocional, social e legal.

Mais uma vez o Banco Mercantil conquistou a certificação *GPTW - Great Place to Work*, como uma das melhores empresas para se trabalhar.

LIMITES OPERACIONAIS

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 16,42%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 22.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando também as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao trimestre findo em 31/03/2023. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 24.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 80/2022, o Banco Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2023.

Administração



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – IFRS – MARÇO DE 2023

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão internacional de contabilidade do Banco Mercantil do Brasil S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, projeções recentes indicam perspectivas de crescimento anual da ordem de 2,9%, ante expansão de 3,4% em 2022. Embora o cenário econômico mundial seja desafiador, a economia chinesa apresenta perspectivas de expansão da ordem de 5,0%, ante crescimento de 3,0% em 2022. Pressões inflacionárias, política monetária restritiva em diversos países e conflitos geopolíticos continuam como as principais causas da desaceleração da economia mundial.

No Brasil, indicadores recentes apontam para continuidade do ciclo de queda no ritmo da atividade econômica, na comparação com o desempenho de 2022. As perspectivas são de crescimento anual do PIB da ordem de 1,2%, ante expansão de 2,9% no ano anterior.

No trimestre, a atividade econômica desenvolveu-se em um cenário desafiador. Embora o aumento do salário mínimo e transferências governamentais tenham proporcionado certo alento para o consumo das famílias, o crédito mais restritivo, a inflação e a taxa de juros Selic elevadas continuaram a pressionar a atividade econômica.

Quanto ao comportamento da inflação, o IPCA acumulou variação de 2,09% no acumulado dos três primeiros meses do ano e de 4,65% nos últimos doze meses. Nesse contexto, a taxa Selic que estava em 9,25% ao ano em janeiro de 2022 subiu gradativamente e alcançou os atuais 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 0,5% no trimestre e 12,0% nos últimos doze meses findos em março. As provisões para risco de crédito têm exibido trajetória ascendente. Subiram gradativamente de 5,8% em janeiro de 2022 para 6,2% em dezembro e alcançam 6,4% em março de 2023. No Sistema Financeiro Nacional, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito da ordem de 7,6%, ante expansão de 14,0% em 2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

No ano em que completa 80 anos de atuação no concorrido mercado financeiro brasileiro, o Banco Mercantil mais uma vez superou grandes desafios decorrentes do atual cenário econômico, do ambiente regulatório e de negócios.

O desempenho alcançado no trimestre decorreu do elevado domínio que os Gestores possuem sobre o negócio e de um bem treinado quadro de Colaboradores, propiciando um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de se adaptar ao cenário vigente em cada nova circunstância.

De fato, é notório o acerto da estratégia adotada ao longo dos últimos anos, proporcionando vigorosa ampliação da carteira de crédito e diversificação do portfólio de serviços; o equilíbrio entre o custo de captação e as receitas de intermediação, privilegiando a captação pulverizada; os avanços alcançados na utilização de tecnologia para alavancar a prospecção de produtos e serviços de qualidade; o trabalho diário com afinco dos colaboradores e do inestimável apoio dos Clientes, que confiam na solidez, na segurança e no bom atendimento como valores indissociáveis do Mercantil, potencializaram o resultado no trimestre. Nesse contexto, o lucro líquido no trimestre alcançou R\$ 56,1 milhões, conforme detalhamentos a seguir.

Cc do Desempenho

• Informações Patrimoniais e de Resultado – Consolidados

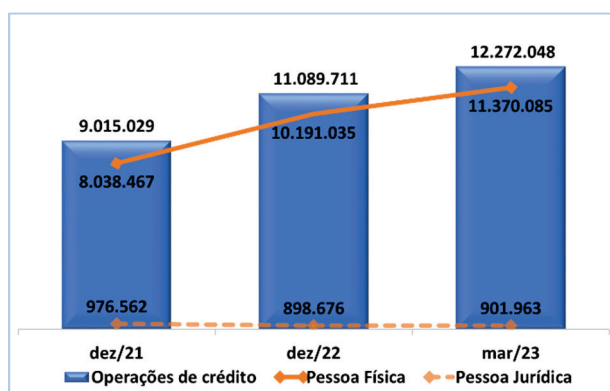
>> Ativos

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 16,1 bilhões, crescimento de 4,0% na comparação com dezembro de 2022. Os ativos de maior relevância estão representados por Disponibilidades (R\$ 947,5 milhões), Ativos Financeiros (R\$ 13,3 bilhões), Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (R\$ 716,1 milhões), Imobilizado (R\$ 684,1 milhões), Ativos Intangíveis (R\$ 101,0 milhões), dentre outros.

O Caixa e Equivalentes de Caixa somam R\$ 1,2 bilhão (7,4% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por Disponibilidades de R\$ 947,5 milhões e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 277,7 milhões.

Os Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes somam R\$ 961,5 milhões e são compostos, basicamente, por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 778,9 milhões), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 100,1 milhões), Cotas de Fundo Imobiliário (R\$ 34,4 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 28,2 milhões), dentre outros.

Os empréstimos e financiamentos a clientes alcançaram R\$ 12,3 bilhões, apresentando relevante crescimento de 10,7% comparativamente a dezembro de 2022, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 1,2 bilhão no trimestre, equivalente a crescimento de 11,6%. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,3% sobre o valor total da carteira de empréstimos e financiamentos. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 5.5. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, foi fruto de estratégia bem-sucedida e trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios.



>> Passivos

Captação de Recursos

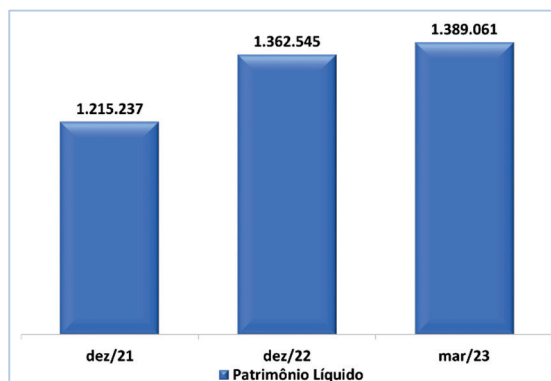
Os Passivos Financeiros são registrados ao custo amortizado e estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 13,1 bilhões, dos quais R\$ 10,3 bilhões são provenientes de depósitos a prazo. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 12.1.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 870,1 milhões. Desse total, R\$ 496,9 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital, Nível II" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 436,7 milhões estão homologadas para composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 60,2 milhões são instrumentos de dívida perpétua elegíveis a capital complementar (Nível I).

Cc **M+** do Desempenho

- Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 1,4 bilhão. O Patrimônio de Referência em BRGAAP alcançou R\$ 1,6 bilhão.



>> Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,1 bilhão, crescimento de 30,2%. Estão representadas, notadamente, por Receitas de Operações de Crédito e Rendas de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros (R\$ 1,0 bilhão), Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 65,5 milhões), dentre outras.

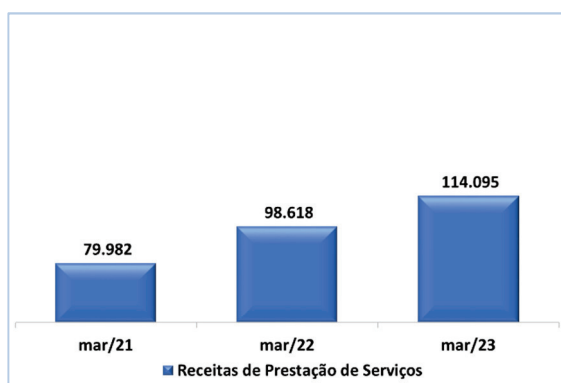
As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 409,7 milhões, evolução de 63,8%. As Despesas com Operações de Captação no Mercado posicionaram-se em R\$ 349,1 milhões (evolução de 68,8%). As Despesas de Comissão de Originação de Crédito totalizaram R\$ 19,5 milhões (queda de 16,7%). Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas nº 12.4.

O Resultado da Intermediação Financeira, líquido das Despesa de Provisão para Perdas Esperadas, posicionou-se em R\$ 560,6 milhões, ante R\$ 464,0 milhões de igual período de 2022 (evolução de 20,8%).

Nas Provisões, merece destaque a Provisão para Perdas Esperadas - *Impairment* dos ativos financeiros - com Operações de Crédito, registrada na rubrica Despesas de Provisão Para Perdas Esperadas no montante de R\$ 106,4 milhões (R\$ 112,6 milhões de dezembro de 2022).

O agrupamento de Outras Receitas / (Despesas) Operacionais monta em R\$ 485,3 milhões, ante R\$ 383,3 milhões de igual período do ano anterior (evolução de 26,6%).

Nas Receitas, destaca-se Receitas de Prestação de Serviços de R\$ 114,1 milhões (R\$ 98,6 milhões de igual período de 2022).

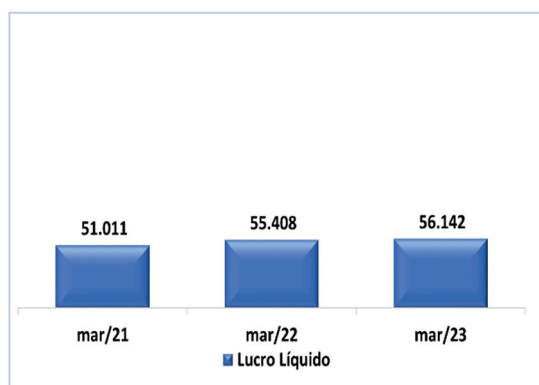


Cc do Desempenho

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 134,4 milhões (R\$ 115,6 milhões do exercício anterior) e as Despesas Administrativas são de R\$ 192,8 milhões (R\$ 190,4 milhões de igual período de 2022).

>> Lucro Líquido

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 56,1 milhões, crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior.



- TALENTOS E CULTURA

>> Treinamentos e Apoio aos Colaboradores

No trimestre, foram registradas 50.108 participações em treinamentos, sendo 50.101 participações pela Academia Mercantil e 7 participações nos treinamentos presenciais/online internos, totalizando 30.801 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 11:45 horas de treinamento por funcionário.

Nesses eventos, vale citar os treinamentos de Autorregulação Bancária, SARBs Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas. Destacamos também a Trilha de Aprendizagem chamada de 5.0, com foco Comercial, que tem como objetivo qualificar os colaboradores recém-admitidos, para atuarem no atendimento do Banco Mercantil. Esta trilha é composta de 47 conteúdos que foram atualizados no 1º trimestre de 2023 e contou com a participação de todos os colaboradores contratados para o cargo de Agente Comercial e Suporte – Escriturário.

Persiste a ênfase no processo de transformação cultural, com foco na melhoria de desempenho de seus colaboradores. Aperfeiçoou o Ciclo de Avaliação, onde todos os colaboradores tiveram suas metas corporativas acordadas e cadastradas. Os resultados de 2022 foram mapeados através da ferramenta *Nine Box* (matriz de desempenho e potencial), sendo que todas as lideranças passaram pelo processo de avaliação com o objetivo de garantir *feedbacks* assertivos e melhorias de desempenho.

No trimestre, a avaliação do Período de Experiência dos colaboradores foi automatizada, com foco no monitoramento do período de adaptação dos recém-admitidos, promovendo melhorias no *onboarding*. Também foram criados manuais que orientam as lideranças para facilitar a adaptação dos novatos.

Os cuidados com a saúde física e emocional dos colaboradores tem ganhado atenção frequente com o Programa Meu Bem-Estar, que reúne dicas, iniciativas e ações ligadas ao tema, além do [Gympass](#) para exercícios físicos em academias. O Canal de Apoio oferece assistência especializada e confidencial, sempre que preciso, para todos os colaboradores: Apoio emocional, social e legal.

Mais uma vez o Banco Mercantil conquistou a certificação *GPTW - Great Place to Work*, como uma das melhores empresas para se trabalhar.



LIMITES OPERACIONAIS

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 16,42%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 19.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 80/2022, o Banco Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2023.

Administração

Notas Explicativas

Apresentamos às Demonstrações Financeiras Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As informações preenchidas nos quadros individuais, estão em conformidade com o sistema padronizado da CVM, cuja apresentação das contas é diferente ao modelo adotado pelo Banco Central do Brasil.

Adicionalmente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, passamos a adotar o padrão contábil internacional (IFRS) na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e são parte integrante desta demonstração.



BANCO

MERCANTIL



**Informações Contábeis
Trimestrais**

Março de 2023



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício
		2023	2022	2023	2022
DISPONIBILIDADES		947.468	1.226.392	947.473	1.226.395
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.719.848	11.816.879	13.178.787	12.253.470
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	379.903	739.818	363.107	685.224
Títulos e Valores Mobiliários	6	774.190	751.654	961.554	939.833
Carteira Própria		518.111	464.300	690.443	637.317
Vinculados a Compromissos de Recompra		2.059	-	2.059	-
Vinculados ao Banco Central		10.034	26.581	10.034	26.581
Vinculados à Prestação de Garantias		243.986	260.773	259.018	275.935
Relações Interfinanceiras		123.679	116.144	123.679	116.144
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		12.333	48	12.333	48
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		111.346	116.096	111.346	116.096
Operações de Crédito	8	11.257.926	10.020.845	11.546.737	10.324.384
Setor Privado		11.110.619	9.778.689	11.412.100	10.091.206
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.4	605.236	696.535	605.236	696.535
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3	(457.929)	(454.379)	(470.599)	(463.357)
Outros Créditos		184.150	188.418	183.710	187.885
Devedores por Compras de Valores e Bens	8	49.797	55.364	49.797	55.364
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos	8	136.826	135.554	136.386	135.021
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	8.3	(2.473)	(2.500)	(2.473)	(2.500)
ATIVOS FISCAIS	9	643.624	645.359	690.805	685.490
Correntes	9.1	121.550	115.185	143.001	130.119
Diferidos	9.2	522.074	530.174	547.804	555.371
OUTROS ATIVOS		368.348	471.546	397.947	407.486
Outros Valores e Bens		135.281	120.556	137.336	122.847
Material em Estoque		4.175	4.863	4.175	4.863
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	10.1	85.355	73.855	85.357	73.857
(Provisão para Desvalorizações)	10.1	(21.161)	(18.540)	(21.163)	(18.542)
Despesas Antecipadas	10.2	66.912	60.378	68.967	62.669
Outros Créditos		233.067	350.990	260.611	284.639
Câmbio Comprado a Liquidar		610	-	610	-
Direitos sobre Vendas de Câmbio		610	-	610	-
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)		(610)	-	(610)	-
Rendas a Receber		6.668	107.749	1.527	1.432
Negociação e Intermediação de Valores		1.536	61	1.731	6.582
Devedores por Depósitos em Garantia	10.3	130.192	140.121	158.715	169.877
Pagamentos a Ressarcir		614	603	1.696	1.673
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	10.4	53.286	58.874	56.081	62.308
Adiantamentos e Antecipações Salariais		1.100	1.027	1.151	1.097
Devedores Diversos - País	10.5	36.619	32.079	37.740	32.515
Outros		12.035	20.369	12.322	20.417
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(9.593)	(9.893)	(10.962)	(11.262)
INVESTIMENTOS		590.996	559.704	22.331	22.331
Participações em Controladas - No País	11	575.286	543.994	-	-
Outros Investimentos		16.392	16.392	24.001	23.981
(Provisões para Perdas)		(682)	(682)	(1.670)	(1.650)
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	12	-	-	3.094	3.097
Imóveis para Renda		-	-	3.315	3.315
(Depreciação Acumulada)		-	-	(221)	(218)
IMOBILIZADO	13	136.994	138.178	147.715	149.422
Imóveis de Uso		18.261	18.261	18.261	18.261
Outras Imobilizações de Uso		325.237	323.861	339.278	337.991
(Depreciação Acumulada)		(206.504)	(203.944)	(209.824)	(206.830)
INTANGÍVEL	14	100.982	100.737	100.982	100.737
Ativos Intangíveis		243.458	234.555	243.458	234.555
(Amortização Acumulada)		(142.476)	(133.818)	(142.476)	(133.818)
TOTAL DO ATIVO		15.508.260	14.958.795	15.489.134	14.848.428



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em R\$ Mil

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício
		2023	2022	2023	2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		13.231.773	12.725.926	13.108.673	12.509.873
Depósitos	15.1	11.472.892	11.043.347	11.370.138	10.841.812
Depósitos à Vista		535.805	551.671	526.843	542.847
Depósitos de Poupança		184.707	196.467	184.707	196.467
Depósitos Interfinanceiros		365.141	148.436	365.141	148.436
Depósitos a Prazo		10.387.239	10.146.773	10.292.482	9.946.592
Outros Depósitos		-	-	965	7.470
Captações no Mercado Aberto		45.590	56.679	16.759	30.762
Carteira Própria		2.057	-	2.057	-
Carteira de Terceiros	5	43.533	56.679	14.702	30.762
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.2	107.070	109.111	115.555	120.510
Relações Interfinanceiras		136.396	137.157	136.396	137.157
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		87.918	75.061	87.918	75.061
Obrigações Vinculadas		10.023	26.512	10.023	26.512
Correspondentes		38.455	35.584	38.455	35.584
Relações Interdependências		3.868	2.873	3.868	2.873
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.801	2.873	3.801	2.873
Transferências Internas de Recursos		67	-	67	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	8.3	1.880	1.871	1.880	1.871
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	8.4	662.943	752.950	662.943	752.950
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	15.3	801.134	621.938	801.134	621.938
PROVISÕES		236.227	236.883	268.507	270.495
Provisão para Outros Passivos	16.a	236.227	236.883	268.507	270.495
PASSIVOS FISCAIS		44.242	44.529	58.132	55.339
Correntes		41.310	43.882	50.955	50.467
Diferidos		2.932	647	7.177	4.872
OUTROS PASSIVOS		685.006	678.447	696.106	693.180
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		41.077	5.564	41.077	5.564
Câmbio Vendido a Liquidar		610	-	610	-
Obrigações por Compra de Câmbio		608	-	608	-
Sociais e Estatutárias		36.271	50.667	39.342	56.556
Negociação e Intermediação de Valores		1.126	1.297	1.253	1.754
Obrigações por Convênios Oficiais	17.1	183.642	183.973	183.642	183.973
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		5.387	16.751	5.387	16.872
Provisão para Pagamentos a Efetuar		158.543	157.813	162.756	162.323
Credores Diversos - País	17.2	254.666	244.011	259.710	248.920
Outros		3.076	18.371	1.721	17.218
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.311.012	1.273.010	1.357.716	1.319.541
Capital Social	18.1	597.540	597.540	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)	18.1	(3.830)	(3.830)	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	18.2	43.375	43.375	43.375	43.375
Reservas de Reavaliação		98	100	98	100
Reservas de Lucros	18.2	620.624	620.624	620.624	620.624
Reserva Legal		97.716	97.716	97.716	97.716
Reservas Estatutárias		522.908	522.908	522.908	522.908
Outros Resultados Abrangentes		4.764	15.201	4.764	15.201
Lucros Acumulados		48.441	-	48.441	-
Participação dos Não Controladores		-	-	46.704	46.531
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.508.260	14.958.795	15.489.134	14.848.428

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Trimestre		1º Trimestre	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.056.652	809.447	1.075.671	826.196
Operações de Crédito	8.2	1.005.480	713.758	1.019.866	728.867
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	60.887	44.227	65.520	45.867
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.c	(10.500)	24.068	(10.500)	24.068
Resultado de Operações de Câmbio		19	(3.511)	19	(3.511)
Resultado das Aplicações Compulsórias		766	1.597	766	1.597
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	8.4	-	29.308	-	29.308
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(379.767)	(223.829)	(373.446)	(220.349)
Operações de Captação no Mercado	15.4	(355.671)	(210.271)	(349.134)	(206.777)
Operações de Empréstimos e Repasses		(160)	(244)	(160)	(244)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(23.936)	(13.314)	(24.152)	(13.328)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		676.885	585.618	702.225	605.847
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(108.916)	(104.107)	(111.559)	(106.821)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		567.969	481.511	590.666	499.026
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(482.020)	(425.293)	(492.746)	(434.232)
Receitas de Prestação de Serviços	19.1	90.017	67.597	132.872	98.618
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas		17.285	16.736	60.140	47.756
Rendas de Tarifas Bancárias		72.732	50.861	72.732	50.862
Resultado de Participações em Controladas	11.a	31.269	16.711	-	-
Despesas de Pessoal	19.2	(123.684)	(106.168)	(134.395)	(115.594)
Outras Despesas Administrativas	19.3	(204.267)	(215.305)	(207.011)	(222.297)
Despesas Tributárias	19.4	(40.370)	(33.708)	(46.436)	(38.510)
Outras Receitas Operacionais	19.5	11.700	39.659	12.548	40.505
Outras Despesas Operacionais	19.6	(214.647)	(170.241)	(217.010)	(171.257)
Reversões / (Despesas) de Provisões	19.7	(32.038)	(23.838)	(33.314)	(25.697)
RESULTADO OPERACIONAL		85.949	56.218	97.920	64.794
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.730)	780	(1.730)	780
Receitas		1.133	1.085	1.154	1.129
Despesas		(2.863)	(305)	(2.884)	(349)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		84.219	56.998	96.190	65.574
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.3	(16.094)	(9.881)	(27.982)	(18.431)
Provisão para Imposto de Renda		(5.018)	24.207	(14.028)	16.968
Provisão para Contribuição Social		(3.817)	15.212	(7.319)	12.423
Ativo Fiscal Diferido	9.2.b	(7.259)	(49.300)	(6.635)	(47.822)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	(83)	(26)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		68.125	47.117	68.125	47.117
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)					
Ações ordinárias		0,6520	0,4510		
Ações preferenciais		0,6520	0,4510		
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias		42.483	29.386		
Ações preferenciais		25.642	17.731		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		65.155.744	65.155.744		
Ações preferenciais		39.327.336	39.314.236		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	Banco		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	68.125	47.117	68.125	47.117
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(10.437)	2.368	(10.437)	2.368
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	28	2.368	28	2.368
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	9	1.917	32	3.231
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP)	23	1.314	-	-
Efeito Fiscal	(4)	(863)	(4)	(863)
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(10.465)	-	(10.465)	-
Ajustes de Avaliação Atuarial	(10.465)	-	(10.465)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	57.688	49.485	57.688	49.485
Lucro Atribuível ao Controlador	57.688	49.485	57.605	49.459
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	83	26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 31/12/2022	597.540	-	43.375	100	97.716	522.908	15.201	-	(3.830)	1.273.010	46.531	1.319.541
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(10.437)	-	-	(10.437)	-	(10.437)
Realização de Reserva	-	-	-	(2)	-	-	-	2	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	68.125	-	68.125	83	68.208
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
Destinações:												
Juros sobre o Capital Próprio Provisonados	-	-	-	-	-	-	-	(19.686)	-	(19.686)	-	(19.686)
SALDOS EM 31/03/2023	597.540	-	43.375	98	97.716	522.908	4.764	48.441	(3.830)	1.311.012	46.704	1.357.716
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(2)	-	-	(10.437)	48.441	-	38.002	173	38.175
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.368	-	-	2.368	-	2.368
Realização de Reserva	-	-	-	(2)	-	-	-	2	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	47.117	-	47.117	26	47.143
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201	201
SALDOS EM 31/03/2022	597.540	-	43.375	106	87.688	390.323	13.368	47.119	(3.974)	1.175.545	47.204	1.222.749
MUTAÇÕES DO PERÍODO	104.832	(104.832)	-	(2)	-	(71)	2.368	47.119	1.640	51.054	227	51.281

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	Banco		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	84.219	56.998	96.190	65.574
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	130.408	100.863	165.769	122.371
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	35.329	27.355	36.653	29.350
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	8	(531)	8	(531)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	108.916	104.107	111.559	106.821
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	2.622	(19)	2.622	(19)
Depreciações e Amortizações	18.112	16.823	18.549	17.276
Atualizações Monetárias Ativas	(3.343)	(30.238)	(3.738)	(30.629)
Resultado de Participações em Controladas	(31.269)	(16.711)	-	-
Perda de Ativo Intangível	2	-	2	-
Perda / (Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	31	(2)	31	(2)
Perda de Capital em Controlada	-	79	-	79
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	83	26
Lucro Líquido Ajustado	214.627	157.861	261.959	187.945
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.554	(4.604)	23.613	20.557
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(24.406)	(21.309)	(23.567)	(31.137)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(8.296)	1.170	(8.296)	1.170
Redução (Aumento) em Relações Interdependências	995	(12.739)	995	(12.739)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(1.357.497)	(877.661)	(1.345.411)	(892.085)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(4.402)	(38.878)	(3.241)	(40.031)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(5.846)	(4.455)	(5.611)	(4.081)
Aumento (Redução) em Depósitos	429.545	280.200	528.326	296.577
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(11.089)	(24.740)	(14.003)	(36.196)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.041)	24.415	(4.955)	24.075
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(73.815)	346.099	(78.997)	344.870
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(781.671)	(174.641)	(669.188)	(141.075)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(15.540)	(2.587)	(23.252)	(8.873)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(797.211)	(177.228)	(692.440)	(149.948)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	6.625	282.786	6.625	282.786
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	280	-	280
Alienação de Imobilizado de Uso	59	19	186	19
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(4.750)	(1.507)	(4.750)	(1.507)
Aquisição de Investimentos	-	(683)	-	(683)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.999)	(1.000)	(8.036)	(1.059)
Aplicações no Intangível	(9.267)	(6.263)	(9.267)	(6.263)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	101.181	20.188	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	85.849	293.820	(15.242)	273.573
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	162.830	19.857	162.830	19.857
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(29.753)	(28.070)	(32.574)	(29.263)
Ações em Tesouraria Vendidas	-	1.569	-	1.569
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	133.077	(6.644)	130.256	(7.837)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(578.285)	109.948	(577.426)	115.788
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.776.710	1.186.832	1.802.630	1.212.577
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.198.425	1.296.780	1.225.204	1.328.365
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(578.285)	109.948	(577.426)	115.788

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	Banco		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2023	2022	2023	2022
1 - RECEITAS	802.772	620.193	859.151	663.157
Intermediação Financeira	1.056.652	809.447	1.075.671	826.196
Prestação de Serviços	90.017	67.597	132.872	98.618
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(108.916)	(104.107)	(111.559)	(106.821)
Outras	(234.981)	(152.744)	(237.833)	(154.836)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(379.767)	(223.829)	(373.446)	(220.349)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(162.647)	(175.483)	(164.070)	(181.244)
Materiais, Energia e Outros	(11.755)	(11.775)	(12.316)	(12.230)
Serviços de Terceiros	(76.375)	(103.501)	(77.151)	(106.002)
Outros	(74.517)	(60.207)	(74.603)	(63.012)
Comunicações	(2.645)	(2.685)	(2.751)	(2.752)
Processamento de Dados	(34.958)	(24.974)	(33.886)	(25.895)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(6.173)	(9.640)	(6.364)	(10.572)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.443)	(1.263)	(5.370)	(1.203)
Transportes	(9.987)	(8.166)	(10.021)	(8.180)
Outros	(15.311)	(13.479)	(16.211)	(14.410)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	260.358	220.881	321.635	261.564
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(18.112)	(16.823)	(18.549)	(17.276)
Depreciações e Amortizações	(18.112)	(16.823)	(18.549)	(17.276)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	242.246	204.058	303.086	244.288
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	31.269	16.711	-	-
Resultado de Participações em Controladas	31.269	16.711	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	273.515	220.769	303.086	244.288
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	273.515	220.769	303.086	244.288
Pessoal	106.857	90.763	115.820	98.567
Remuneração Direta	78.814	66.635	86.613	73.597
Benefícios	21.992	19.030	22.924	19.724
FGTS	6.051	5.098	6.283	5.246
Impostos, Taxas e Contribuições	75.025	59.890	94.666	74.801
Federais	69.188	55.290	87.411	69.226
Estaduais	4	4	6	7
Municipais	5.833	4.596	7.249	5.568
Remuneração de Capitais de Terceiros	23.508	22.999	24.392	23.777
Aluguéis	23.508	22.999	24.392	23.777
Remuneração de Capitais Próprios	68.125	47.117	68.208	47.143
Juros sobre o Capital Próprio	19.686	-	19.686	-
Lucros Retidos do Período	48.439	47.117	48.439	47.117
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	83	26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 2 agências e 295 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.818 funcionários (2.991 no Consolidado). Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis contidas nas informações trimestrais findas em 31 de março de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, informações trimestrais resumidas incluem o balanço patrimonial resumido, a demonstração do resultado do exercício resumida, a demonstração do resultado abrangente resumida, a demonstração das mutações do patrimônio líquido resumida, a demonstração dos fluxos de caixa resumida, a demonstração do valor adicionado resumida e as notas explicativas nos termos do do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21 de manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente publica demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As informações trimestrais foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 09/05/2023.

2.2. Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas findas em 31 de março de 2023 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	% - Participação	
	Mar / 2023	Dez / 2022
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽ⁱ⁾	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	85,95	85,95
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽ⁱⁱ⁾	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00	100,00

⁽ⁱ⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.).

⁽ⁱⁱ⁾ Controladas indiretamente.

2.3. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas as seguintes reclassificações em março 2022 na Demonstração do Resultado do período conforme segue:

De	Para	Banco	Consolidado
Participações no lucro	Despesas de pessoal	7.949	9.016
Despesas de pessoal	Reversões / (Despesas) de Provisões	(11.517)	(11.532)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	271	272
Despesas tributárias	Reversões / (Despesas) de Provisões	-	(70)
Outras despesas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	(12.592)	(14.367)

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos está consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, Seguros e Marketplace.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira**• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de março de 2023, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,0798 (Em 31 de dezembro de 2022: US\$ 1,00 = R\$ 5,2171).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- i. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- iii. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações são apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 23.c.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

e) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSLL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dano em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e seu o valor justo.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelo Banco e Controladas, estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo em conformidade com o que trata a Resolução CMN nº 4.967/21.

h) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- i. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- iii. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- iv. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

m) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 18.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

n) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

o) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

p) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das informações trimestrais requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Descrição	Financeiras ⁽¹⁾	Seguros	Marketplace	Outros ⁽¹⁾	Eliminação	Mar / 2023	Dez / 2022
Disponibilidades	948.983	761	6.634	58	(8.963)	947.473	1.226.395
Instrumentos Financeiros	13.219.393	92.811	94.910	35.264	(263.591)	13.178.787	12.253.470
Ativos fiscais	680.265	5.799	770	3.971	-	690.805	685.490
Outros Ativos	399.579	4.394	1.820	217	(8.063)	397.947	407.486
Investimentos	599.955	13.882	6.659	6.500	(604.665)	22.331	22.331
Propriedades para investimento	-	-	157	2.937	-	3.094	3.097
Imobilizado	136.994	10.721	-	-	-	147.715	149.422
Intangível	100.982	-	-	-	-	100.982	100.737
Ativo Total	16.086.151	128.368	110.950	48.947	(885.282)	15.489.134	14.848.428
Passivos financeiros	13.333.651	-	-	-	(224.978)	13.108.673	12.509.873
Passivos fiscais	50.806	3.816	3.051	459	-	58.132	270.495
Provisões	264.911	3.441	-	155	-	268.507	55.339
Outros passivos	698.400	3.056	1.984	952	(8.286)	696.106	693.180
Patrimônio Líquido	1.738.383	118.055	105.915	47.381	(652.018)	1.357.716	1.319.541
Passivo Total	16.086.151	128.368	110.950	48.947	(885.282)	15.489.134	14.848.428

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽¹⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, securitização e tecnologia.

Descrição	Financeiras ⁽¹⁾	Seguros	Marketplace	Outros ⁽¹⁾	Eliminação	Mar / 2023	Mar / 2022
Receitas da Intermediação Financeira	1.075.558	5.531	1.458	1.107	(7.983)	1.075.671	826.196
Despesas da Intermediação Financeira	(381.429)	-	-	-	7.983	(373.446)	(220.349)
(-) Provisão para perdas esperadas	(111.559)	-	-	-	-	(111.559)	(106.821)
Resultado da Intermediação Financeira	582.570	5.531	1.458	1.107	-	590.666	499.026
Receitas / (Despesas) Operacionais	(494.781)	15.270	16.925	(551)	(29.609)	(492.746)	(434.232)
Participação em Controladas	29.609	219	105	(324)	(29.609)	-	-
Receita de Prestação de Serviços	89.319	26.719	18.713	1.984	(3.863)	132.872	98.618
Despesas de Pessoal	(127.382)	(5.480)	(611)	(922)	-	(134.395)	(115.594)
Outras Despesas Administrativas	(206.894)	(2.930)	(122)	(953)	3.888	(207.011)	(222.297)
Despesas Tributárias	(41.361)	(3.454)	(1.248)	(373)	-	(46.436)	(38.510)
Outras Receitas Operacionais	12.162	268	103	40	(25)	12.548	40.505
Outras Despesas Operacionais	(216.935)	(57)	(15)	(3)	-	(217.010)	(171.257)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(33.299)	(15)	-	-	-	(33.314)	(25.697)
Resultado Operacional	87.789	20.801	18.383	556	(29.609)	97.920	64.794
Resultado não operacional	(1.730)	-	-	-	-	(1.730)	780
IR e CS	(17.763)	(7.336)	(2.553)	(330)	-	(27.982)	(18.431)
Participações dos não Controladores	(171)	-	88	-	-	(83)	(26)
Lucro Líquido dos Exercícios	68.125	13.465	15.918	226	(29.609)	68.125	47.117

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽¹⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa são como segue:

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Disponibilidades	947.468	1.226.392	947.473	1.226.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	250.957	550.318	277.731	576.235
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	183.859	458.400	210.633	484.317
Aplicações em depósitos interfinanceiros	67.098	91.918	67.098	91.918
Total	1.198.425	1.776.710	1.225.204	1.802.630

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Aplicações no mercado aberto	227.392	515.079	227.392	515.079
Posição bancada	183.859	458.400	210.633	484.317
Posição financiada	43.533	56.679	16.759	30.762
Aplicações em depósitos interfinanceiros	152.511	224.739	135.715	170.145
Total	379.903	739.818	363.107	685.224
Circulante	328.991	673.716	313.381	625.788
Não circulante	50.912	66.102	49.726	59.436

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição Títulos e Valores Mobiliários

Banco	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	774.139	774.190	751.613	751.654
Letras Financeiras do Tesouro	773.297	773.348	750.652	750.693
Debêntures	842	842	961	961
Total Contábil	774.139	774.190	751.613	751.654
Circulante	-	10.023	-	-
Não circulante	-	764.167	-	751.654

Consolidado	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	952.098	961.554	929.567	938.970
Cotas de Fundos de Investimento	276	276	267	267
Cotas de Fundos em Participações	5.185	5.185	5.633	5.633
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	12.962	12.962	12.550	12.550
Cotas de Fundo Imobiliário	25.034	34.394	25.359	34.719
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	100.092	100.137	100.729	100.729
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.231	28.231	28.458	28.458
Letras Financeiras do Tesouro	778.829	778.880	754.316	754.359
Debêntures	1.489	1.489	2.255	2.255
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	863	863
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	-	863	863
Total Contábil	952.098	961.554	930.430	939.833
Circulante	-	100.340	-	90.211
Não circulante	-	861.214	-	849.622

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Banco	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda							
LFT	10.022	404.115	129.958	147.932	-	81.321	773.348
Debêntures	1	841	-	-	-	-	842
Total em 31/03/2023	10.023	404.956	129.958	147.932	-	81.321	774.190
Total em 31/12/2022	-	403.845	-	207.620	61.464	78.725	751.654

Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda								
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	276	276
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.185	5.185
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	12.962	12.962
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	34.394	34.394
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	30.339	3.750	50.831	15.217	-	-	-	100.137
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.768	1.109	3.382	-	4.057	14.915	-	28.231
Letras Financeiras do Tesouro	11.768	406.643	129.958	149.188	-	81.323	-	778.880
Debêntures	648	841	-	-	-	-	-	1.489
Total em 31/03/2023	47.523	412.343	184.171	164.405	4.057	96.238	52.817	961.554
Total em 31/12/2022	37.042	412.106	53.391	224.480	66.038	93.607	53.169	939.833

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de março de 2023, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 0 (R\$ 961 em dezembro de 2022) e no consolidado R\$ 448 (R\$ 1.425 em dezembro de 2022).

c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.100	24.712	35.696	21.134
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	30.943	18.397	30.943	18.397
Posição bancada	27.927	15.323	27.927	15.323
Posição financiada	3.016	3.074	3.016	3.074
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.157	6.315	4.753	2.737
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	23.787	19.515	29.824	24.733
Total	60.887	44.227	65.520	45.867

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a hedge de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta

EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱ⁾				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.274	1.757	1.281	1.742
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱ⁾				
Posição passiva Taxa de Juros	2.112.083	1.023.950	2.112.653	1.022.701
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Posição ativa – Ibovespa	1.123	1.267	1.101	1.255
Contrato de Futuro – DAP^(iv)				
Posição passiva – Taxa de Juros	368.957	355.392	368.813	355.431
Total	2.483.437	1.382.366	2.483.848	1.381.129

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações passivas indexadas ao IPCA.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar	1.274	-	-	1.274
Contrato de Futuro – DI	-	-	2.112.083	2.112.083
Contrato de Futuro – Mini-Índice	1.123	-	-	1.123
Contrato de Futuro – IPCA(DAP)	-	317.400	51.557	368.957
Total em 31/03/2023	2.397	317.400	2.163.640	2.483.437
Total em 31/12/2022	3.024	305.982	1.073.360	1.382.366

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

<i>Hedge</i> de risco de mercado	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	2.075.785	1.019.938	2.097.272	1.024.470
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(2.097.269)	(1.024.470)	(2.097.269)	(1.024.470)

⁽ⁱ⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 8.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, é verificada através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações.

c) Resultado com Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos", conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	493	(382)	111
Contrato de Futuro – DI	107.321	(119.614)	(12.293)
Contrato de Futuro – Mini-Índice	407	(518)	(111)
Contrato de Futuro – DAP	7.479	(5.686)	1.793
Total em 31/03/2023	115.700	(126.200)	(10.500)
Total em 31/03/2022	115.190	(91.122)	24.068

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Operações de crédito ⁽¹⁾	11.694.368	10.470.693	11.995.849	10.783.210
Devedores por compra de valores e bens	49.797	55.364	49.797	55.364
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	136.826	135.554	136.386	135.021
Subtotal	11.880.991	10.661.611	12.182.032	10.973.595
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	21.487	4.531	21.487	4.531
Total	11.902.478	10.666.142	12.203.519	10.978.126
Circulante	5.448.018	4.851.586	5.568.395	4.965.791
Não circulante	6.454.460	5.814.556	6.635.124	6.012.335

⁽¹⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 7.c).

8.1. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por produto

Nível	Banco									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Mar / 2023	Dez / 2022
Crédito Consignado INSS	122	5.721.544	8.321	17.218	16.237	15.757	15.581	11.141	72.110	5.878.031	5.392.015
Empréstimo FGTS	2.046.333	1.742	953	58	18	60	63	28	94	2.049.349	1.521.014
CP INSS - Débito em Conta	-	1.750.743	20.027	14.064	12.321	12.600	17.613	11.123	99.831	1.938.322	1.820.752
Capital de Giro	135.837	279.361	43.046	24.710	22.510	16.359	31.979	-	-	553.802	505.050
Cartão de Crédito Consignado	-	440.651	1.971	605	633	546	679	625	5.948	451.658	372.381
Crédito Consignado Público	-	293.656	3.700	2.317	1.249	2.009	1.490	932	4.489	309.842	330.377
Renegociação	-	-	-	-	90.043	18.959	12.969	13.091	79.492	214.554	235.419
Cheque Especial	101	80.157	4.441	3.586	3.430	3.139	3.055	3.652	17.600	119.161	110.147
Crédito Pessoal	28.883	44.256	31.823	278	94	78	124	119	379	106.034	104.740
Cartão de Crédito	1.109	75.715	5.621	2.737	1.830	790	535	475	3.221	92.033	92.424
Deved. p/Compra Val.e Bens	39.968	2.995	1.644	-	3.941	-	-	-	1.250	49.798	55.364
Crédito Imobiliário	1.616	227	44.054	-	-	-	-	-	-	45.897	46.208
Empréstimo	-	241	-	7.027	-	-	-	-	19.966	27.234	27.643
Cheque Empresa	-	3.403	8.622	55	2.417	31	-	22	439	14.989	10.621
Crédito Rural	11.103	3.838	-	-	-	-	-	-	-	14.941	15.105
Outros	518	8.550	1.952	481	2.909	820	5	11	100	15.346	22.351
Total geral	2.265.590	8.707.079	176.175	73.136	157.632	71.148	84.093	41.219	304.919	11.880.991	10.661.611
Perda Esperada	-	43.521	1.762	2.194	15.763	21.344	42.047	28.852	304.919	460.402	456.879

Nível	Consolidado									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Mar / 2023	Dez / 2022
Crédito Consignado INSS	122	5.762.662	11.169	20.101	19.071	17.875	16.223	11.459	76.273	5.934.955	5.442.678
Empréstimo FGTS	2.046.333	1.742	953	58	18	60	63	28	94	2.049.349	1.521.014
CP INSS - Débito em Conta	-	1.750.743	20.027	14.064	12.321	12.600	17.613	11.123	99.831	1.938.322	1.820.752
Capital de Giro	194.950	286.335	43.046	24.710	22.510	16.359	31.979	-	-	619.889	578.171
Crédito Consignado Público	-	446.079	8.872	5.397	2.794	4.702	3.406	1.287	7.177	479.714	510.016
Cartão de Crédito Consignado	-	440.651	1.971	605	633	546	679	625	5.948	451.658	372.381
Renegociação	-	-	-	-	90.088	18.964	12.974	13.102	79.503	214.631	235.522
Cheque Especial	101	80.157	4.441	3.586	3.430	3.139	3.055	3.652	17.600	119.161	110.147
Crédito Pessoal	28.883	44.256	31.823	278	94	78	124	119	379	106.034	104.740
Cartão de Crédito	1.109	75.715	5.621	2.737	1.830	790	535	475	3.221	92.033	92.424
Deved. p/Compra Val.e Bens	39.968	2.995	1.644	-	3.941	-	-	-	1.250	49.798	55.364
Crédito Imobiliário	1.616	227	44.054	-	-	-	-	-	-	45.897	46.208
Empréstimo	-	241	-	7.027	-	-	-	-	19.966	27.234	27.643
Cheque Empresa	-	3.403	8.622	55	2.417	31	-	22	439	14.989	10.621
Crédito Rural	11.103	3.838	-	-	-	-	-	-	-	14.941	15.105
Outros	3.381	9.030	4.980	483	2.911	818	1.689	10	125	23.427	30.809
Total geral	2.327.566	8.908.074	187.223	79.101	162.058	75.962	88.340	41.902	311.806	12.182.032	10.973.595
Perda Esperada	-	44.526	1.872	2.373	16.206	22.789	44.170	29.330	311.806	473.072	465.857

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	2.265.567	8.703.276	139.950	12.026	117.727	25.014	35.258	8.206	96.210	11.403.234	95,98
	01 a 30 dias	85.931	741.159	11.759	451	5.143	1.135	191	189	67.375	913.333	7,69
	31 a 60 dias	87.960	410.201	3.148	735	4.659	823	172	272	891	508.861	4,28
	61 a 90 dias	103.435	371.073	5.149	287	1.672	1.294	167	221	1.947	485.245	4,08
	91 a 180 dias	238.023	1.016.505	9.180	2.208	4.624	2.599	895	894	10.759	1.285.687	10,82
	181 a 360 dias	456.976	1.404.562	14.944	1.707	6.731	8.623	865	1.727	9.674	1.905.809	16,04
	Acima de 360 dias	1.293.242	4.759.776	95.770	6.638	94.898	10.540	32.968	4.903	5.564	6.304.299	53,07
	Vencidas até 14 dias	23	3.803	23	6	1.515	41	50	82	199	5.742	0,05
Total em 31/03/2023	2.265.590	8.707.079	139.973	12.032	119.242	25.055	35.308	8.288	96.409	11.408.976	96,03	
Total em 31/12/2022	1.713.798	8.018.372	131.581	13.049	122.086	15.132	33.911	24.140	88.376	10.160.445	95,30	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	24.837	49.459	27.163	32.814	30.581	18.654	93.815	277.323	2,33
	01 a 30 dias	-	-	2.296	2.204	1.498	1.406	1.562	923	4.899	14.788	0,12
	31 a 60 dias	-	-	1.891	2.036	1.362	1.294	1.409	831	4.234	13.057	0,11
	61 a 90 dias	-	-	1.632	1.880	1.250	1.200	1.202	755	3.893	11.812	0,10
	91 a 180 dias	-	-	3.778	4.840	3.265	2.597	2.667	1.842	10.039	29.028	0,24
	181 a 360 dias	-	-	4.430	8.133	5.079	5.145	4.743	3.110	15.528	46.168	0,39
	Acima de 360 dias	-	-	10.810	30.366	14.709	21.172	18.998	11.193	55.222	162.470	1,37
	Parcelas vencidas	-	-	11.365	11.645	11.227	13.279	18.204	14.277	114.695	194.692	1,64
	01 a 14 dias	-	-	-	5	185	322	261	69	187	1.029	0,01
	15 a 30 dias	-	-	11.139	2.636	1.647	1.352	1.628	1.064	5.927	25.393	0,21
	31 a 60 dias	-	-	226	8.246	1.931	1.917	2.287	1.486	26.972	43.065	0,36
	61 a 90 dias	-	-	-	527	6.321	2.128	2.802	1.575	8.734	22.087	0,19
	91 a 180 dias	-	-	-	231	1.143	6.878	9.013	8.453	35.506	61.224	0,52
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	682	2.213	1.630	34.818	39.343	0,33
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2.551	2.551	0,02
	Total em 31/03/2023	-	-	36.202	61.104	38.390	46.093	48.785	32.931	208.510	472.015	3,97
	Total em 31/12/2022	-	-	31.291	67.073	76.636	40.423	38.744	41.241	205.758	501.166	4,70
Total	Total em 31/03/2023	2.265.590	8.707.079	176.175	73.136	157.632	71.148	84.093	41.219	304.919	11.880.991	100,00
	Total em 31/12/2022	1.713.798	8.018.372	162.872	80.122	198.722	55.555	72.655	65.381	294.134	10.661.611	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

	Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	2.327.543	8.904.244	143.170	12.026	117.765	25.018	35.258	8.210	96.221	11.669.455	95,78
	01 a 30 dias	88.023	746.022	11.864	451	5.146	1.135	191	189	67.375	920.396	7,56
	31 a 60 dias	91.266	417.794	3.254	735	4.662	823	172	273	891	519.870	4,27
	61 a 90 dias	105.932	378.304	5.254	287	1.674	1.294	167	221	1.948	495.081	4,06
	91 a 180 dias	246.236	1.037.182	9.486	2.208	4.631	2.599	895	894	10.760	1.314.891	10,79
	181 a 360 dias	470.062	1.436.806	15.506	1.707	6.740	8.624	865	1.728	9.676	1.951.714	16,02
	Acima de 360 dias	1.326.024	4.888.136	97.806	6.638	94.912	10.543	32.968	4.905	5.571	6.467.503	53,08
	Vencidas até 14 dias	23	3.830	23	6	1.515	41	50	82	199	5.769	0,05
	Total em 31/03/2023	2.327.566	8.908.074	143.193	12.032	119.280	25.059	35.308	8.292	96.420	11.675.224	95,83
	Total em 31/12/2022	1.780.892	8.229.732	135.026	13.049	122.133	15.136	34.724	24.140	88.380	10.443.212	95,17
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	32.234	54.927	30.984	36.871	34.092	19.154	96.721	304.983	2,51
	01 a 30 dias	-	-	2.696	2.343	1.595	1.505	1.680	941	5.039	15.799	0,13
	31 a 60 dias	-	-	2.307	2.198	1.474	1.402	1.533	851	4.380	14.145	0,12
	61 a 90 dias	-	-	2.017	2.038	1.359	1.307	1.324	773	4.037	12.855	0,11
	91 a 180 dias	-	-	4.739	5.287	3.579	2.904	3.021	1.895	10.444	31.869	0,26
	181 a 360 dias	-	-	5.616	8.891	5.622	5.690	5.351	3.182	16.034	50.386	0,41
	Acima de 360 dias	-	-	14.859	34.170	17.355	24.063	21.183	11.512	56.787	179.929	1,48
	Parcelas vencidas	-	-	11.796	12.142	11.794	14.032	18.940	14.456	118.665	201.825	1,66
	01 a 14 dias	-	-	-	5	185	322	294	69	187	1.062	0,01
	15 a 30 dias	-	-	11.541	2.806	1.766	1.468	1.726	1.084	6.083	26.474	0,22
	31 a 60 dias	-	-	255	8.405	2.052	2.035	2.421	1.508	27.124	43.800	0,36
	61 a 90 dias	-	-	-	640	6.437	2.249	2.937	1.597	8.887	22.747	0,19
	91 a 180 dias	-	-	-	286	1.354	7.164	9.192	8.518	35.945	62.459	0,51
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	794	2.370	1.680	35.584	40.428	0,33
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	4.855	4.855	0,04
	Total em 31/03/2023	-	-	44.030	67.069	42.778	50.903	53.032	33.610	215.386	506.808	4,17
	Total em 31/12/2022	-	-	40.271	72.218	81.611	43.348	40.791	42.299	209.845	530.383	4,83
Total	Total em 31/03/2023	2.327.566	8.908.074	187.223	79.101	162.058	75.962	88.340	41.902	311.806	12.182.032	100,00
	Total em 31/12/2022	1.780.892	8.229.732	175.297	85.267	203.744	58.484	75.515	66.439	298.225	10.973.595	100,00

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Banco				Consolidado			
	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%
Pessoa Física	11.053.240	93,03	9.845.568	92,35	11.280.189	92,60	10.074.919	91,81
Pessoa Jurídica	827.751	6,97	816.043	7,65	901.843	7,40	898.676	8,19
Industria	333.019	2,80	356.562	3,34	338.797	2,78	364.674	3,32
Comércio	25.199	0,21	18.373	0,17	30.332	0,25	25.310	0,23
Serviços	469.533	3,96	441.108	4,14	532.714	4,37	508.692	4,64
Total geral	11.880.991	100,00	10.661.611	100,00	12.182.032	100,00	10.973.595	100,00

d) Concentração da carteira de crédito

Descrição	Banco				Consolidado			
	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%
10 Maiores Devedores	400.204	3,37	398.934	3,74	423.991	3,48	425.297	3,88
50 Maiores Devedores	874.231	7,36	830.712	7,79	928.093	7,62	889.353	8,10
100 Maiores Devedores	970.081	8,16	939.004	8,81	1.035.401	8,50	1.009.796	9,20

8.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Rendas de empréstimos e títulos descontados	997.740	696.411	1.011.424	711.019
Rendas de financiamentos	949	831	1.312	1.094
Rendas de financiamentos rurais	127	1.695	127	1.695
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.664	14.821	7.003	15.059
Total	1.005.480	713.758	1.019.866	728.867

8.3. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	456.879	464.848	465.857	474.232
Constituição de provisão	204.948	804.296	208.523	817.965
Reversão de provisão	(96.032)	(442.568)	(96.964)	(449.763)
Efeito no resultado	108.916	361.728	111.559	368.202
Entrada por transferência	-	-	3.743	-
Baixa	(105.393)	(369.697)	(108.087)	(376.577)
Saldos no final dos períodos	460.402	456.879	473.072	465.857
Circulante	212.389	210.773	217.005	213.731
Não circulante	248.013	246.106	256.067	252.126

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no banco e consolidado, é como segue:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	218	216
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	516	498
Outras fianças bancárias	1.098	1.109
Total - Circulante	1.880	1.871

8.4. Cessões de créditos

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No trimestre não houve operações de cessão de crédito. No primeiro trimestre de 2022 as cessões foram conforme segue:

Banco	Mar / 2022		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	205.526	176.218	29.308

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

No banco e consolidado, referidas posições estavam representadas, a valor presente, conforme abaixo.

SalDOS	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	605.236	662.943	696.535	752.950
Circulante	176.854	183.389	197.666	201.867
Não circulante	428.382	479.554	498.869	551.083

9. ATIVOS FISCAIS

9.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	8.435	8.335	8.435	8.335
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	91.270	89.833	102.812	100.331
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.950	4.829	6.780	8.760
Impostos e contribuições retidos na fonte	7.601	10.242	12.957	9.213
Antecipação IRPJ/CSLL	7.344	-	8.065	739
Outros	1.950	1.946	3.952	2.741
Total	121.550	115.185	143.001	130.119
Circulante	19.895	10.787	27.367	11.921
Não circulante	101.655	104.398	115.634	118.198

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado, em 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remoto.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal – STF em setembro de 2021, referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado em 08/09/2022.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Créditos a recuperar "sub judicé"

Em novembro de 2005, o STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 17.354 (R\$ 17.129 em dezembro de 2022).

9.2. Diferidos - Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Base de Cálculo - Imposto de Renda	1.130.168	1.146.846	1.193.338	1.208.448
Prejuízo fiscal	130.217	137.454	154.457	163.535
Diferenças temporárias	999.951	1.009.392	1.038.881	1.044.913
Total do efeito do Imposto de Renda	282.542	286.712	298.335	302.112
Base de Cálculo - Contribuição Social	1.151.739	1.167.187	1.217.180	1.231.057
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	3.609	4.015
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	30.197	25.740
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	999.951	1.009.392	1.005.076	1.015.158
Base negativa à alíquota de 9%	-	-	1.639	1.702
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	24.871	26.647
Base negativa à alíquota de 20%	151.788	157.795	151.788	157.795
Efeito da CSLL	230.348	233.437	240.106	242.964
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	9.184	10.025	9.363	10.295
Total do efeito da Contribuição Social	239.532	243.462	249.469	253.259
Total - Não Circulante	522.074	530.174	547.804	555.371

b) Movimentação dos créditos tributários

Crédito Tributário	Banco			Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2022	252.348	34.364	-	261.227	40.885	-
Constituição	52.839	-	-	54.703	-	-
Realização	(55.199)	(1.193)	-	(56.211)	(1.652)	-
Reclassificação	-	(617)	-	-	(617)	-
Efeito no resultado	(2.360)	(1.810)	-	(1.508)	(2.269)	-
Saldos em 31/03/2023	249.988	32.554	-	259.719	38.616	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2022	201.878	31.559	10.025	207.256	35.708	10.295
Constituição	42.271	-	-	43.393	-	-
Realização	(44.159)	(1.021)	(841)	(44.778)	(1.293)	(932)
Reclassificação	-	(180)	-	-	(180)	-
Efeito no resultado	(1.888)	(1.201)	-	(1.385)	(1.473)	-
Saldos em 31/03/2023	199.990	30.358	9.184	205.871	34.235	9.363
Total		522.074			547.804	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 97.072 (R\$ 98.879 em dezembro de 2022) e no consolidado em R\$ 104.127 (R\$ 106.340 em dezembro de 2022) e estão ativados com realização prevista até 2027.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP 2.158-35/2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Banco	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Mar / 2023	Dez / 2022
2023	71.367	57.093	-	57.093	128.460	189.382
2024	109.794	87.163	3.348	90.511	200.305	166.082
2025	23.851	24.381	-	24.381	48.232	37.006
2026	4.128	3.303	-	3.303	7.431	129
2027	72.966	58.059	5.836	63.895	136.861	137.575
2028 a 2030	436	349	-	349	785	-
Total	282.542	230.348	9.184	239.532	522.074	530.174
Valor Presente	215.814		181.775		397.589	403.742

Consolidado	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Mar / 2023	Dez / 2022
2023	73.268	58.225	43	58.268	131.536	193.019
2024	112.945	89.004	3.348	92.352	205.297	170.293
2025	25.487	25.308	-	25.308	50.795	39.310
2026	7.213	4.787	-	4.787	12.000	3.062
2027	78.687	61.696	5.972	67.668	146.355	147.900
2028 a 2030	735	1.086	-	1.086	1.821	1.787
Total	298.335	240.106	9.363	249.469	547.804	555.371
Valor Presente	226.656		188.475		415.131	420.522

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

d) Créditos tributários não ativados:

O Banco possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários. O montante do Créditos Tributários não ativados, representariam o montante de R\$3.216 no Consolidado.

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Banco		Consolidado	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	84.219	84.219	96.190	96.190
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(18.449)	(18.449)
(+) Adições	113.002	108.900	120.853	114.597
(-) Exclusões	(168.026)	(168.026)	(138.831)	(151.324)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal e Base Negativa – 30%	(7.237)	(6.007)	(9.104)	(7.874)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	21.958	19.086	50.659	33.140
Alíquota IR 15% - CS 20%	(3.295)	(3.818)	(7.599)	(6.628)
Adicional do IR 10%	(2.190)	-	(5.060)	-
Incentivos Fiscais Atualizados ⁽¹⁾	468	-	537	-
Impostos calculados sobre lucro presumido	-	-	(1.907)	(690)
Despesa com IRPJ e CSLL	(5.017)	(3.818)	(14.029)	(7.318)
Realização de Créditos Tributários	(4.170)	(3.089)	(3.777)	(2.858)
Total em 31/03/2023	(9.187)	(6.907)	(17.806)	(10.176)
	(16.094)		(27.982)	
Total em 31/03/2022	(3.663)	(6.218)	(9.850)	(8.581)
	(9.881)		(18.431)	

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

10. OUTROS ATIVOS

10.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado:

Descrição	Custo	Amortização	Mar / 2023	Dez / 2022
Imóveis	85.055	(21.161)	63.894	55.015
Veículos	300	-	300	300
Total	85.355	(21.161)	64.194	55.315

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado:

Descrição	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2022	55.015	300	55.315
Adições	11.500	-	11.500
(-) Provisão	(2.621)	-	(2.621)
Saldo em 31/03/2023	63.894	300	64.194

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10.2. Despesas antecipadas

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	14.207	18.567	15.869	20.639
Gastos com mídias digitais ⁽ⁱⁱ⁾	24.640	18.480	24.640	18.480
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.065	23.331	28.458	23.550
Total	66.912	60.378	68.967	62.669
Circulante	26.945	28.617	28.706	30.286
Não circulante	39.967	31.761	40.261	32.383

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Recursos aplicados na geração de negócios através de meios digitais na originação de operações de crédito.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10.3. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Depósitos recursais trabalhistas	13.266	15.006	14.526	16.242
Depósitos judiciais trabalhistas	29.847	37.829	30.001	37.978
Depósitos judiciais fiscais	70.903	70.308	95.928	96.023
Depósitos de ações cíveis	16.176	16.978	18.260	19.634
Total – Não circulante	130.192	140.121	158.715	169.877

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 16.a).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Créditos a receber ⁽ⁱ⁾	3.577	2.946	4.964	4.572
Precatórios ⁽ⁱ⁾	10.372	10.240	11.679	11.547
Direitos creditórios ⁽ⁱ⁾	39.054	39.054	39.054	39.054
Títulos de capitalização	59	5.085	59	5.485
Outros	224	1.549	325	1.650
Total	53.286	58.874	56.081	62.308
Circulante	34.006	9.634	34.108	10.136
Não circulante	19.280	49.240	21.973	52.172

⁽ⁱ⁾ Os Títulos e Créditos a Receber registraram provisão no montante de R\$ 9.593 (R\$ 9.893 em dezembro de 2022) e no consolidado R\$ 10.962 (R\$ 11.262 em dezembro de 2022).

10.5. Devedores diversos

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Empréstimos consignados a processar ⁽ⁱ⁾	2.535	1.797	2.844	1.901
Cartão de Crédito ⁽ⁱⁱ⁾	29.659	25.067	29.659	25.067
Outros	4.425	5.215	5.237	5.547
Total - Circulante	36.619	32.079	37.740	32.515

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no Banco e Consolidado.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Banco	Creditaqui (1)	BMI (2)	MBC (3)	MBD (4)	Bem Aqui (5)	MBMKTP (6)	DOMO (7)	SANSA (8)	COSEFI (9)	Mar / 2023	Dez / 2022
Capital social	135.075	82.028	24.938	19.250	92.281	43.000	11.500	5.771	18.408	432.251	431.550
Patrimônio líquido Ajustado ⁽¹⁾	251.884	133.185	21.292	21.008	118.057	61.902	11.049	3.367	25.752	647.496	615.078
Total de ações	15.480	4.416	166.902	113	14.648	43.000	9.775	6	11.548	-	-
Ações ON	9.673	4.031	141.341	113	14.648	43.000	9.775	6	11.548	-	-
Ações PN	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação %	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	0,82	20,23	-	-
Lucro / (Prejuízo) societário do período	597	1.030	61	260	13.464	15.830	137	(89)	406	31.696	94.194
Aumento de Capital em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.525
Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.512)
Ajuste de variação patrimonial	-	22	-	-	-	-	-	1	-	23	662
Resultado de participações em controladas	513	943	61	260	13.464	15.830	117	(1)	82	31.269	95.536
(-) Dividendos/JCP distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.978)
Ganho / (Perda) de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)
Valor dos investimentos	216.494	121.903	21.292	21.008	118.057	61.902	9.392	28	5.210	575.286	543.994

(1) Creditaqui Financeira S.A. – CFI

(2) Banco Mercantil de Investimentos S.A.

(3) Mercantil do Brasil Corretora S.A.

(4) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

(5) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.

(6) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.

(7) Domo Digital Tecnologia S.A.

(8) SANSA - Negócios Imobiliários S.A.

(9) Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

⁽¹⁾ Na MBMKTP o Patrimônio líquido Ajustado contempla a provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário no montante de R\$ 47.352.

b) Eventos Societários

Em AGE de 25 de janeiro de 2023 foi deliberado o aumento de capital social da SANSA - Negócios Imobiliários S.A., no valor de R\$ 701 mil, mediante a emissão particular de 145.542 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com o preço de emissão fixado em aproximadamente R\$ 4,809609 por ação. Dessa forma, o capital social da Companhia, anteriormente no valor de R\$ 5.070 passa a ser de R\$ 5.771 dividido em 573.058 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

c) Outros Investimentos

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
CIP S.A.	11.247	11.247	11.247	11.247
Gyramais Tecnologia S.A ⁽¹⁾	-	-	6.500	6.500
CERTA-Central de Registros Títulos e Ativos S.A.	4.140	4.140	4.140	4.140
Outros	323	323	444	444
Total – Não Circulante	15.710	15.710	22.331	22.331

⁽¹⁾ – Empresa adquirida em novembro de 2022.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

a) Composição das Propriedades para Investimento:

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	Mar / 2023	Dez / 2022
Terrenos	-	2.987	-	2.987	2.987
Edificações	20%	328	(221)	107	110
Total		3.315	(221)	3.094	3.097

b) Movimentação das Propriedades para Investimento:

Banco	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31/12/2022	2.987	110	3.097
(-) Depreciação no período	-	(3)	(3)
Saldo em 31/03/2023	2.987	107	3.094

O valor justo dos bens monta a R\$ 50.818 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

13. IMOBILIZADO

a) Composição do Imobilizado:

Banco	Taxa	Custo	Depreciação	Mar / 2023	Dez / 2022
Equipamentos de processamento de dados	20%	168.592	(116.492)	52.100	57.564
Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	87.010	(34.798)	52.212	47.006
Móveis e equipamentos	10%	78.141	(55.214)	22.927	24.027
Outros	10%	9.755	-	9.755	9.581
Total		343.498	(206.504)	136.994	138.178

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	Mar / 2023	Dez / 2022
Equipamentos de processamento de dados	20%	169.077	(116.689)	52.388	57.876
Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	97.897	(37.368)	60.529	55.763
Móveis e equipamentos	10%	80.772	(55.767)	25.005	26.130
Outros	10%	9.793	-	9.793	9.653
Total		357.539	(209.824)	147.715	149.422

b) Movimentação do imobilizado:

Banco	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	57.564	47.006	24.027	9.581	138.178
(+) Adições	134	7.438	248	179	7.999
(-) Baixas	(249)	(6.352)	(17)	(5)	(6.623)
(-) Depreciação no período ⁽¹⁾	(5.571)	(2.173)	(1.347)	-	(9.091)
(-) Baixas de Depreciação	222	6.293	16	-	6.531
Saldo em 31/03/2023	52.100	52.212	22.927	9.755	136.994

⁽¹⁾ Vide nota nº 19.3

Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	57.876	55.763	26.130	9.653	149.422
(+) Adições	134	7.521	298	179	8.132
(-) Baixas	(250)	(6.540)	(17)	(39)	(6.846)
(-) Depreciação no período ⁽¹⁾	(5.595)	(2.508)	(1.422)	-	(9.525)
(-) Baixas de Depreciação	223	6.293	16	-	6.532
Saldo em 31/03/2023	52.388	60.529	25.005	9.793	147.715

⁽¹⁾ Vide nota nº 19.3

14. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível, no Banco e Consolidado:

Composição	Taxa	Custo	Amortização	Mar / 2023	Dez / 2022
Sistemas de Processamento de dados		204.600	(124.203)	80.397	78.135
Sistemas de Segurança	5%	10.832	(7.274)	3.558	3.991
Sistemas de Comunicação		7	(4)	3	5
Licenças e Direitos de uso		28.019	(10.995)	17.024	18.606
Total		243.458	(142.476)	100.982	100.737

a) Movimentação do Intangível, no Banco e Consolidado:

Movimentação	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2022	78.135	3.991	5	18.606	100.737
(+) Adições	8.168	2	-	1.097	9.267
(-) Baixas	(1)	-	-	(363)	(364)
(-) Amortização no período ⁽¹⁾	(5.905)	(435)	(2)	(2.679)	(9.021)
(+) Baixas de Amortização	-	-	-	363	363
Saldo em 31/03/2023	80.397	3.558	3	17.024	100.982

⁽¹⁾ Vide nota nº 19.3

15. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Depósitos

Banco	Indeterminado	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
À Vista	535.805	-	-	-	-	535.805	551.671
Poupança	184.707	-	-	-	-	184.707	196.467
Interfinanceiros	-	181.839	123.050	0	60.252	365.141	148.436
A Prazo	710	865.313	788.698	977.536	7.754.982	10.387.239	10.146.773
Total	721.222	1.047.152	911.748	977.536	7.815.234	11.472.892	11.043.347

Consolidado	Indeterminado	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
À Vista	526.843	-	-	-	-	526.843	542.847
Poupança	184.707	-	-	-	-	184.707	196.467
Interfinanceiros	-	181.839	123.050	-	60.252	365.141	148.436
A Prazo	710	874.791	788.566	989.287	7.639.128	10.292.482	9.946.592
Outros	965	-	-	-	-	965	7.470
Total	713.225	1.056.630	911.616	989.287	7.699.380	11.370.138	10.841.812

15.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Banco	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
LCA	-	15.489	18.773	3.845	-	38.107	42.717
Letras Financeiras	-	-	-	28.930	40.033	68.963	66.394
Total	-	15.489	18.773	32.775	40.033	107.070	109.111

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
LCA	2.975	15.824	18.773	3.845	-	41.417	46.969
LCI	264	3.883	1.028	-	-	5.175	7.147
Letras Financeiras	-	-	-	28.930	40.033	68.963	66.394
Total	3.239	19.707	19.801	32.775	40.033	115.555	120.510

15.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Vencimento	Valor da operação	Mar / 2023	Dez / 2022
Letra financeira subordinada -Nível II ⁽ⁱ⁾	2023 a 2030	675.995	740.906	568.544
Letra financeira subordinada – Capital complementar ⁽ⁱⁱ⁾	Perpétua	57.650	60.228	53.394
Total Geral			801.134	621.938
Circulante			130.003	105.739
Não circulante			671.131	516.199

⁽ⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II monta em R\$ 496.887 (R\$ 568.543 em dezembro de 2022) dos quais R\$ 436.659 (R\$ 283.918 em dezembro de 2022) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Depósitos	314.918	188.485	308.976	185.111
Despesas de LCA, LCI e LF	33.875	15.222	34.196	15.748
Operações compromissadas	3.086	3.073	2.145	2.400
Outras	3.792	3.491	3.817	3.518
Total	355.671	210.271	349.134	206.777

16. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Provisões para processos trabalhistas	100.146	108.007	101.003	108.668
Provisões para processos cíveis	73.450	69.665	80.748	77.770
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	62.417	59.000	86.542	83.844
Outras	214	211	214	213
Total – Não circulante	236.227	236.883	268.507	270.495

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99- índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Banco	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2022	59.000	108.007	69.665	236.672
Constituição – Vide nota nº 19.7.	2.538	10.924	18.576	32.038
Atualização Monetária	283	3.008	-	3.291
Liquidações	-	(21.793)	(14.791)	(36.584)
Atualização de Depósitos	596	-	-	596
Saldos em 31/03/2023	62.417	100.146	73.450	236.013
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.3	70.903	43.113	16.176	130.192

Consolidado	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2022	83.844	108.668	77.770	270.282
Constituição – Vide nota nº 19.7.	2.614	11.105	19.595	33.314
Atualização Monetária	331	3.167	-	3.498
Liquidações	(1.078)	(21.937)	(16.617)	(39.632)
Atualização de Depósitos	831	-	-	831
Saldos em 31/03/2023	86.542	101.003	80.748	268.293
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.3	95.928	44.527	18.260	158.715

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.681 (R\$ 7.666 em dezembro de 2022), no banco e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 3.170 (R\$ 9.080 em dezembro de 2022), Consolidado R\$ 5.322 (R\$ 11.213 em dezembro de 2022).

17. OUTROS PASSIVOS

17.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

17.2. Credores diversos – País

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	53.736	53.671	53.736	53.609
Provisão para despesas administrativas	129.536	128.130	130.455	129.364
Comissões sobre intermediação de operação de crédito	10.742	9.196	12.026	10.259
Outros	60.652	53.014	63.493	55.688
Total – Circulante	254.666	244.011	259.710	248.920

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Banco	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	371.388
Ações Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	226.152
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	597.540
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.483.080	593.710
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

18.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

18.3. Juros sobre Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	Mar / 2023	% ⁽¹⁾	Mar / 2022
Lucro líquido do período	68.125		47.117
(-) Reserva Legal	3.407		-
Base de Cálculo	64.718		-
Juros s/ capital próprio provisionados	19.686		-
Juros s/ capital próprio – Valor bruto	19.686		-
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.953)		-
Juros s/ capital próprio provisionados	16.733	25,9%	-

⁽¹⁾ Percentual dos juros sobre capital próprio sobre a base de cálculo.

18.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2023	Mar / 2022
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.469.980
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.469.980
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	42.483	25.642	68.125	47.117
Lucro básico por ação	0,6520	0,6520	0,6520	0,4510

No exercício, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

19. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

19.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Tarifas bancárias	72.732	50.861	72.732	50.862
Renda de Intermediação de negócios	-	-	44.153	30.725
Serviços de arrecadação	6.047	6.698	6.047	6.698
Cartão de crédito	7.673	6.196	7.673	6.196
Cobrança	1.043	1.132	1.043	1.132
Administração de fundos de investimentos	-	-	548	568
Rendas de serviços prestados a ligadas	2.198	2.223	-	-
Garantias prestadas	221	262	221	262
Serviços prestados	10	170	259	1.973
Outros	93	55	196	202
Total	90.017	67.597	132.872	98.618

19.2. Despesas de pessoal

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Honorários	8.643	5.260	12.645	9.186
Proventos de funcionários	58.552	53.426	61.298	55.395
Benefícios	21.992	19.030	22.924	19.724
Encargos sociais	22.878	20.503	24.858	22.273
Participações no lucro	11.619	7.949	12.670	9.016
Total	123.684	106.168	134.395	115.594

19.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Água, energia e gás	3.002	3.688	3.244	3.920
Aluguéis	23.508	22.999	24.392	23.777
Amortização e depreciação	18.112	16.823	18.549	17.276
Comunicações	2.645	2.685	2.751	2.752
Materiais, manutenção e conservação de bens	8.753	8.087	9.072	8.310
Processamento de dados	34.958	24.974	33.886	25.895
Propaganda, publicidade e publicações	6.173	9.640	6.364	10.572
Serviços de terceiros	63.889	61.628	64.433	61.804
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	12.486	41.873	12.718	44.198
Serviços do sistema financeiro	5.443	1.263	5.370	1.203
Transportes	9.987	8.166	10.021	8.180
Outras	15.311	13.479	16.211	14.410
Total	204.267	215.305	207.011	222.297

19.4. Despesas tributárias

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
ISSQN	4.474	3.440	5.776	4.321
COFINS	29.584	24.942	33.410	28.113
PIS	4.807	4.053	5.592	4.708
Outros tributos	1.505	1.273	1.658	1.368
Total	40.370	33.708	46.436	38.510

19.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	3.343	30.238	3.738	30.629
Recuperação de encargos e despesas	3.621	4.537	3.863	4.772
Reversão de provisões	1.057	1.860	1.128	1.949
Outras receitas	3.679	3.024	3.819	3.155
Total	11.700	39.659	12.548	40.505

⁽¹⁾ No primeiro trimestre de 2022, refere-se reconhecimento de variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.718 (Consolidado R\$ 28.843).

19.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	94	19	94	19
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	14.946	6.188	15.248	6.447
Variações monetárias passivas	3.296	3.518	3.344	3.654
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	11.013	21.459	12.310	21.631
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱⁱⁱ⁾	160.874	127.814	160.874	127.814
Outras despesas	24.424	11.243	25.140	11.692
Total	214.647	170.241	217.010	171.257

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

19.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Provisões trabalhistas	10.924	8.387	11.105	8.402
Provisões fiscais	2.538	(43)	2.614	25
Provisões cíveis	18.576	15.494	19.595	17.270
Total	32.038	23.838	33.314	25.697

19.8. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, são como segue:

Descrição	Banco		Consolidado	
	Mar / 2023	Mar / 2022	Mar / 2023	Mar / 2022
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱ⁾	-	(3.280)	-	(3.313)
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱ⁾	-	28.719	-	28.843
Total	-	25.439	-	25.530

⁽ⁱ⁾ Valores referentes ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias dos impostos federais, efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indêbitos tributários (Tema 962 - STF).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

20.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽²⁾	Mar / 2023	Dez / 2022
Ativos	23.087	-	23.087	164.289
Aplicações em DI	16.796	-	16.796	54.594
Outros Ativos	6.291	-	6.291	109.695
- Outros Créditos	904	-	904	717
- Dividendos / JCP a receber	5.387	-	5.387	108.978
(Passivos)	(207.689)	(132.344)	(340.033)	(396.618)
Depósitos	(179.135)	(105.482)	(284.617)	(336.344)
- Poupança	-	(875)	(875)	(601)
- à Vista	(8.964)	(11.842)	(20.806)	(11.102)
- a Prazo	(170.171)	(92.765)	(262.936)	(324.641)
Captações no mercado aberto	(26.773)	-	(26.773)	(25.917)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(9.953)	(9.953)	(10.609)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(6.507)	(6.507)	(5.603)
Outros Passivos	(1.781)	(10.402)	(12.183)	(18.145)
- JCP / Dividendos a pagar	-	(10.402)	(10.402)	(16.035)
- Outras Obrigações	(1.781)	-	(1.781)	(2.110)

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽²⁾	Mar / 2023	Mar / 2022
Receitas / (Despesas)	(7.408)	(3.258)	(10.666)	(2.398)
Despesas da Intermediação Financeira	(7.519)	(3.258)	(10.777)	(4.465)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	111	-	111	2.067
- Receitas de Prestação de Serviços	2.198	-	2.198	2.223
- Outras Despesas Administrativas	(2.087)	-	(2.087)	(156)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽²⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

20.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 19/04/2023, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 42.728.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria no valor de R\$ 1.400 (R\$ 881 em março de 2022) e no consolidado no valor de R\$ 2.128 (R\$ 1.718 em março de 2022).

Até 31 de março de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

20.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, cujo saldo do ativo atuarial no montante de R\$ 10.465, em 31 dezembro de 2022, foi baixado nos termos das normas em vigor.

O Banco Mercantil (Patrocinador–Líder) e empresas controladas, que também são patrocinadoras, deliberam a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários – CAVA, administrado pela Caixa “Vicente de Araújo” do grupo Mercantil do Brasil – CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano foi autorizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria Previc nº 333, de 18 de abril de 2023.

A CAVA adotará as providencias para liquidação do plano em conformidade com as normas que regem o assunto.

22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAc_{pad} (risco de crédito), do RWAm_{pad} - RWAm_{int} (risco de mercado) e RWAo_{pad} (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Patrimônio de Referência - PR	1.588.099	1.359.500
Patrimônio de Referência Nível I	1.150.496	1.074.578
Capital Principal – CP	1.089.560	1.020.431
Capital Complementar - CC	60.936	54.147
Patrimônio de Referência Nível II	437.603	284.922
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	9.671.304	8.938.361
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{c_{pad}}	8.463.740	7.822.444
Risco de Mercado - RWA _{m_{pad}}	6.898	5.660
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA _{o_{pad}}	1.200.666	1.110.257
Índice de Basileia	16,42	15,21
Capital de Nível I	11,90	12,02
Capital Principal	11,27	11,42

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 20,81% (22,25% em dezembro de 2022).

22.1. Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

23. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros

e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e Compliance, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e

recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	Banco		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	897.028	897.028	902.559	902.559
Títulos e Valores Mobiliários	773.349	773.349	778.880	778.880
Letras Financeiras do Tesouro	773.349	773.349	778.880	778.880
Relações interfinanceiras	123.679	123.679	123.679	123.679
Nível 2	11.821.979	12.308.121	12.111.977	12.586.247
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	379.903	379.903	363.107	363.107
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	18.423	18.423
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	18.423	18.423
Operações de Crédito e Outros Créditos	11.442.076	11.928.218	11.730.447	12.204.717
Nível 3	841	841	164.251	164.251
Títulos e Valores Mobiliários	841	841	164.251	164.251
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	100.137	100.137
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	28.231	28.231
Debêntures	841	841	1.489	1.489
Cotas de Fundos Imobiliário	-	-	34.394	34.394
Total em 31/03/2023	12.719.848	13.205.990	13.178.787	13.653.057
Total em 31/12/2022	11.816.879	12.111.942	12.253.470	12.534.742

Passivos Financeiros	Banco		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	720.512	720.512	711.550	711.550
Depósitos à vista	535.805	535.805	526.843	526.843
Depósitos de poupança	184.707	184.707	184.707	184.707
Nível 2	1.213.938	1.213.938	1.185.107	1.185.107
Captações no Mercado Aberto	45.590	45.590	16.759	16.759
Depósitos Interfinanceiros	365.141	365.141	365.141	365.141
Relações Interfinanceiras	136.396	136.396	136.396	136.396
Relações Interdependências	3.868	3.868	3.868	3.868
Obrigações por Operações de Cessão	662.943	662.943	662.943	662.943
Nível 3	11.295.443	11.292.777	11.210.136	11.207.470
Depósitos a prazo	10.387.239	10.384.709	10.292.482	10.289.952
Outros Depósitos	-	-	965	965
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	107.070	107.070	115.555	115.555
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	801.134	800.998	801.134	800.998
Total em 31/03/2023	13.229.893	12.227.227	13.106.793	13.104.127
Total em 31/12/2022	12.724.055	12.048.138	12.508.002	12.502.874

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 684/2012, que aprova o CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de hedge.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 12,72% a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2023 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 9,64% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2023 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 6,43% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	5.839	153.568	324.432
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(5.843)	(153.670)	(324.668)
	Efeito Líquido		(4)	(102)	(236)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(24)	(372)	(744)
		CRI	(184)	(7.058)	(14.115)
		CRA	(851)	(25.034)	(50.068)
Total com correlação			(1.063)	(32.566)	(65.163)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(585)	(17.911)	(35.840)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que,

o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de

atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no banco e consolidado, monta em R\$ 83.061 (R\$ 74.339 em dezembro de 2022).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 351.400 (R\$ 346.136 em dezembro de 2022).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu nova regulamentação contábil para os Instrumentos Financeiros alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9, a vigorar a partir de 01/01/2025, que trata principalmente dos ativos e passivos financeiros e resultará em importantes modificações no COSIF.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação.

Nesse contexto, o Banco e instituições financeiras controladas empreenderam seus melhores esforços mediante análise e debate da Resolução CMN nº 4.966/2021 com as principais áreas impactadas pela norma e formularam Plano de Implementação e enviaram ao Bacen em junho de 2022.

O Banco e instituições financeiras controladas estão trabalhando para a tempestiva implementação da norma no prazo regulamentar.

f) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. divulga suas demonstrações financeiras consolidadas trimestrais em IFRS referentes à 31 de março de 2023 simultaneamente à estas informações no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

g) Evento subsequente – Aumento de capital - Em Assembleia Geral Extraordinária, de 19 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 597.540 para R\$ 702.732, sem alteração na quantidade de ações, passando o valor nominal da ação de R\$ 5,70 para R\$ 6,70, mediante incorporação de parte das “Reservas de Lucros Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 104.832.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
 Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
 José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
 Clarissa Nogueira de Araújo
 Daniel Henrique Alves da Silva
 Gustavo Henrique Diniz de Araújo
 Leonardo Ferreira Antunes
 Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA
DIRETOR-PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES VICE-PRESIDENTES

Bruno Pinto Simão
 Felipe Lopes Boff
 Paulino Ramos Rodrigues

DIRETORES EXECUTIVOS

Anderson Adeilson de Oliveira
 Carolina Marinho do Vale Duarte
 Gregório Moreira Franco
 Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Lucas Lopes Kubiaki
 Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
 Rodrigo de Araújo Simões

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
 Euler Luiz de Oliveira Penido
 Luciano Luiz Barsi
 Marcos Paixão de Araújo
 Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

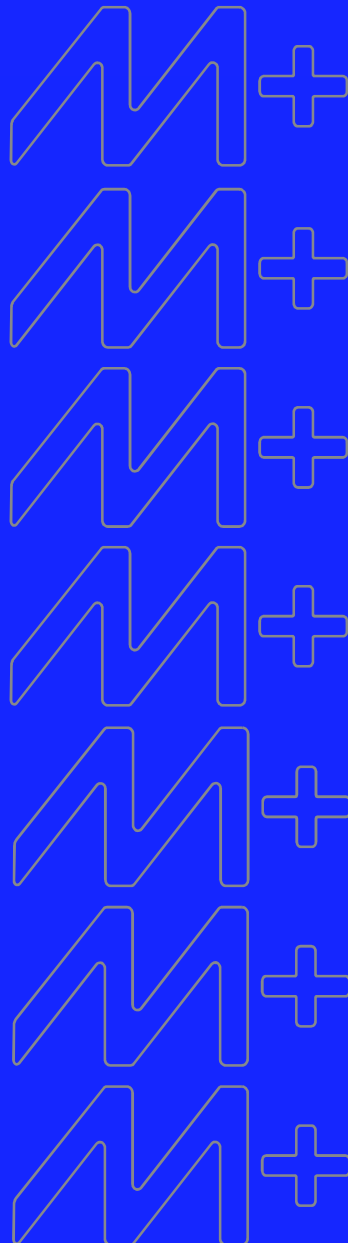
Glaydson Ferreira Cardoso
 Lauro Wilson da Silva
 Leonardo Ferreira Antunes
 Wagner Ricco

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
 CRC – MG 077029/O-7



BANCO
MERCANTIL



**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS**

Março de 2023

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

			Em R\$ Mil
A T I V O	Nota	31/03/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	4	947.473	1.226.395
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		13.283.935	12.390.260
AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		227.433	200.661
Empréstimos e Financiamentos à Clientes	5.5	227.433	200.661
AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	5.2	961.554	938.970
Títulos e Valores Mobiliários		961.554	938.970
AO CUSTO AMORTIZADO		12.094.948	11.250.629
Depósitos compulsórios no Banco Central		111.346	116.096
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.3	363.107	685.224
Títulos e Valores Mobiliários	5.2	-	863
Empréstimos e Financiamentos à Instituições Financeiras	5.4	59.183	57.680
Empréstimos e Financiamentos à Clientes	5.5	11.561.312	10.390.766
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	6	64.194	55.315
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		85.357	73.857
(Provisão para Desvalorizações)		(21.163)	(18.542)
ATIVOS FISCAIS		716.103	714.964
Correntes	7.1	152.364	140.414
Diferidos	7.2	563.739	574.550
OUTROS ATIVOS		286.903	294.541
Despesas Antecipadas	8.1	68.967	62.669
Outros Créditos		217.936	231.872
Devedores por Depósitos em Garantia	8.2	158.715	169.877
Câmbio Comprado a Liquidar		610	-
Rendas a Receber		1.527	1.432
Pagamentos a Ressarcir		1.696	1.673
Adiantamentos e Antecipações Salariais		1.151	1.097
Devedores Diversos	8.3	37.740	32.515
Outros		16.497	25.278
INVESTIMENTOS	9	22.331	22.331
Outros Investimentos		22.331	22.331
IMOBILIZADO		684.114	682.817
Propriedades para Investimento	10.1	3.094	3.097
Imobilizado de Uso	10.1	147.715	149.422
Bens de direito de uso	10.2	533.305	530.298
INTANGÍVEL	11	100.982	100.737
Ativos Intangíveis		243.458	234.555
(Amortização Acumulada)		(142.476)	(133.818)
TOTAL DO ATIVO		16.106.035	15.487.360

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

			Em R\$ Mil	
	P A S S I V O	Nota	31/03/2023	31/12/2022
PASSIVOS FINANCEIROS			13.106.793	12.508.002
AO CUSTO AMORTIZADO			13.106.793	12.508.002
Depósitos		12.1	11.370.138	10.841.812
Captações no Mercado Aberto			16.759	30.762
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		12.2	115.555	120.510
Relações Interfinanceiras			136.396	137.157
Relações Interdependências			3.868	2.873
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão		5.5.4	662.943	752.950
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		12.3	801.134	621.938
PASSIVOS FISCAIS			112.263	122.839
Correntes			105.086	117.967
Diferidos			7.177	4.872
PROVISÕES			268.507	270.495
Provisão para Outros Passivos		13	268.507	270.495
OUTROS PASSIVOS			1.229.411	1.223.479
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			41.077	5.564
Obrigações por Compra de Câmbio			1.218	-
Sociais e Estatutárias			39.342	56.556
Negociação e Intermediação de Valores			1.253	1.754
Obrigações por Convênios Oficiais		14.1	183.642	183.973
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		14.2	538.691	547.171
Provisão para Pagamentos a Efetuar			162.757	162.323
Credores Diversos - País		14.3	259.710	248.920
Outros			1.721	17.218
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.389.061	1.362.545
Capital Social		15.1	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)		15.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital		15.2	43.375	43.375
Reservas de Lucros		15.2	620.624	620.624
Outros Resultados Abrangentes			4.764	15.201
Lucros Acumulados			80.361	43.257
Participação dos Não Controladores			46.227	46.378
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			16.106.035	15.487.360

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

	Nota	31/03/2023	Em R\$ Mil 31/03/2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.071.398	826.808
Operações de Crédito	5.5.2	1.015.593	729.479
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.3.b	65.520	45.867
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.1.c	(10.500)	24.068
Resultado de Operações de Câmbio		19	(3.511)
Resultado das Aplicações Compulsórias		766	1.597
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	5.5.4	-	29.308
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(408.158)	(250.163)
Operações de Captação no Mercado	12.4	(349.134)	(206.777)
Operações de Empréstimos e Repasses		(160)	(244)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(24.152)	(13.328)
Descontos Concedidos		(15.248)	(6.447)
Comissão de Originação de Operações de Crédito		(19.464)	(23.367)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		663.240	576.645
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5.5.3	(102.622)	(112.623)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		560.618	464.022
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(485.278)	(383.338)
Receitas de Prestação de Serviços	16.1	114.095	98.618
Despesas com Pessoal	16.2	(134.395)	(115.594)
Outras Despesas Administrativas	16.3	(192.778)	(190.408)
Despesas Tributárias	16.4	(46.436)	(38.509)
Outras Receitas Operacionais	16.5	13.688	64.461
Outras Despesas Operacionais	16.6	(206.138)	(176.209)
Reversões / (Despesas) de Provisões	16.7	(33.314)	(25.697)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		75.340	80.684
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.3	(18.790)	(25.207)
Corrente		(7.977)	19.780
Diferido	7.2	(10.813)	(44.987)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(408)	(69)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.4	56.142	55.408
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)	15.4		
Ações ordinárias		0,5373	0,5304
Ações preferenciais		0,5373	0,5304
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)	15.4		
Ações ordinárias		35.010	34.557
Ações preferenciais		21.132	20.851
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída	15.4		
Ações ordinárias		65.155.744	65.155.744
Ações preferenciais		39.327.336	39.314.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	31/03/2023	31/03/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	56.142	55.408
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(10.437)	2.368
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	28	2.368
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	32	3.231
Efeito Fiscal	(4)	(863)
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(10.465)	-
(Perdas) Atuariais de Plano de Benefícios Definido	(10.465)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	45.705	57.776
Lucro Atribuível ao Controlador	45.297	57.707
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	408	69

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS	RESERVAS	LUCROS / (PREJUÍZOS)	OUTROS RESULTADOS (AÇÕES EM TESOURARIA)	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	DE CAPITAL	DE LUCRO	ACUMULADOS	ABRANGENTES	LÍQUIDO	NÃO CONTROLADORES	AJUSTADO	
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	478.082	43.435	11.000	(5.614)	1.167.818	47.419	1.215.237
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	55.408	2.368	-	57.776	69	57.845
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	55.408	-	-	55.408	69	55.477
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	2.368	-	2.368	-	2.368
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	3.231	-	3.231	-	3.231
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	(863)	-	(863)	-	(863)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	104.832	(104.832)	-	-	2	-	-	2	200	202
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	2	-	-	2	200	202
SALDOS EM 31/03/2022	597.540	-	43.375	478.011	98.845	13.368	(3.974)	1.227.165	47.688	1.274.853
SALDOS EM 31/12/2022	597.540	-	43.375	620.624	43.257	15.201	(3.830)	1.316.167	46.378	1.362.545
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	(19.686)	-	-	(19.686)	-	(19.686)
Juros sobre o Capital Próprio Provisonados	-	-	-	-	(19.686)	-	-	(19.686)	-	(19.686)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	56.142	(10.437)	-	45.705	408	46.113
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	56.142	-	-	56.142	408	56.550
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(10.437)	-	(10.437)	-	(10.437)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	32	-	32	-	32
Ganhos / (Perdas) Atuariais de Plano de Benefício Definido	-	-	-	-	-	(10.465)	-	(10.465)	-	(10.465)
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	-	(4)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	648	-	-	648	(559)	89
Outros	-	-	-	-	648	-	-	648	(559)	89
SALDOS EM 31/03/2023	597.540	-	43.375	620.624	80.361	4.764	(3.830)	1.342.834	46.227	1.389.061

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	75.340	80.684
Ajustes ao Lucro	171.918	194.802
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	36.653	29.350
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	102.622	112.623
Depreciação e Amortização	29.988	52.850
Perdas (Ganhos) com Outros Ativos	2.622	(19)
Resultado na Alienação de Outros Ativos	33	(2)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais	(1.333.833)	(935.317)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.245.445)	(853.854)
Ativos Fiscais Correntes	(11.950)	(68.935)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	(8.879)	258
Ativos Fiscais Diferidos	(2)	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(24.427)	(30.639)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(26.772)	-
Outros Ativos	(16.358)	17.853
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais	411.018	516.328
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	598.791	539.608
Passivos Fiscais Correntes	2.394	33.114
Provisões	(1.988)	9.410
Passivos Fiscais Diferidos	2.301	2.333
Outros Passivos	(190.480)	(68.137)
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	(675.557)	(143.503)
Impostos Pagos	(23.252)	(8.873)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	(698.809)	(152.376)

2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Investimentos	(22.149)	(8.859)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(4.750)	(1.507)
Aquisição de Ativo Tangível	(8.132)	(1.089)
Aquisição de Ativo Intangível	(9.267)	(6.263)
Alienação	13.835	284.660
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.625	282.786
Alienação de Ativo Tangível	6.846	1.874
Alienação de Ativo Intangível	364	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	(8.314)	275.801

3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	162.830	19.857
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(32.574)	(29.263)
Ações em Tesouraria Vendidas	-	1.569
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(559)	200
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	129.697	(7.637)

AUMENTO / (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	(577.426)	115.788
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.802.630	1.212.577
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.225.204	1.328.365
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(577.426)	115.788

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos acumulados de março de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	31/03/2023	31/03/2022
1 - RECEITAS	858.780	676.191
Receitas da Intermediação Financeira	1.071.398	826.808
Receitas de Prestação de Serviços	114.095	98.618
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	(102.622)	(112.623)
Outras	(224.091)	(136.612)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(408.158)	(250.163)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(162.790)	(137.558)
Materiais, Energia e Outros	(12.316)	(12.230)
Serviços de Terceiros	(64.433)	(61.804)
Outros	(86.041)	(63.524)
Comunicações	(2.751)	(2.752)
Processamento de Dados	(33.886)	(25.895)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(6.364)	(10.572)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.370)	(1.203)
Despesas de Transporte	(10.021)	(8.180)
Outros	(27.649)	(14.922)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	287.832	288.470
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(29.988)	(52.850)
Depreciações e Amortizações	(29.988)	(52.850)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	257.844	235.620
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	257.844	235.620
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	257.844	235.620
Pessoal	115.820	98.567
Remuneração Direta	86.613	73.597
Benefícios	22.924	19.724
FGTS	6.283	5.246
Impostos, Taxas e Contribuições	85.474	81.576
Federais	78.219	76.001
Estaduais	6	7
Municipais	7.249	5.568
Remuneração de Capitais Próprios	56.550	55.477
Juros sobre o Capital Próprio	19.686	-
Lucros Retidos	36.456	55.408
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	408	69

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Banco ou Mercantil) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 2 agências e 295 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.991 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas informações trimestrais findas em 31 de março de 2023, foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a IAS 01, as informações trimestrais consolidadas em IFRS incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As informações trimestrais foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 09/05/2023.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As informações trimestrais consolidadas findas em 31 de março de 2023 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Controladas direta e indiretamente:	% – Participação	
	Mar / 2023	Dez / 2022
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	85,95	85,95
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^(II)	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ^(II)	100,00	100,00

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº9.).

^(II) Controladas indiretamente.

a) Eventos societários

Em AGE de 25 de janeiro de 2023 foi deliberado o aumento de capital social da SANSA - Negócios Imobiliários S.A., no valor de R\$ 701 mil, mediante a emissão particular de 145.542 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com o preço de emissão fixado em aproximadamente R\$ 4,809609 por ação. Dessa forma, o capital social da Companhia, anteriormente no valor de R\$ 5.070 passa a ser de R\$ 5.771 dividido em 573.058 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

2.3. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas as seguintes reclassificações em março 2022 na Demonstração do Resultado do período conforme segue:

De	Para	DRE
Outras Receitas Operacionais	Receitas da Intermediação Financeiras	13.048
Despesas de pessoal	Reversões / (Despesas) de Provisões	(11.532)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	272
Despesas tributárias	Reversões / (Despesas) de Provisões	(70)
Outras despesas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	(14.367)

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos está consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, Seguros e Marketplace.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de março de 2023, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,0798 (Em 31 de dezembro de 2022: US\$ 1,00 = R\$ 5,2171). Os impactos decorrentes da variação cambial são registrados, conforme o caso, nas rubricas de Receitas de Juros e Despesas de Juros.

d) Instrumentos Financeiros

- Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9 nas seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado: adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.
- iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste *Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

- Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos, método pelo qual uma entidade amortiza quaisquer taxas, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são também avaliados quanto à redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório a IFRS 7 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 20.c.

- i. Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- ii. Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- iii. Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pela IAS 39, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

- Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- i. Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado, na rubrica "Receita de Juros".
- ii. Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período na rubrica "Receita de Juros".

Não há no Banco, operações com transferência e nem retenção substancial todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

- Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O ponto de partida do provisionamento nos termos da IFRS 9 é a classificação dos ativos em 3 estágios com base no valor recuperável:

- i. Estágio 1 – Realizável: Expectativa de perda para 12 meses para os ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- ii. Estágio 2 – Realização Duvidosa: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- iii. Estágio 3 - Não realizável: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem problemas de recuperação de crédito. O reconhecimento da Receita de Juros neste estágio é realizado mediante a aplicação da taxa efetiva de juros sobre o custo amortizado, líquido das provisões para *impairment*.

Um ativo será reclassificado para os demais estágios à medida que o risco de crédito aumentar ou diminuir, a menos que se trate de ativos financeiros comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito. Neste caso, os ativos deverão permanecer registrados no Estágio 3.

A Receita de Juros é apropriada enquanto houver expectativa de que as operações ainda possam ser consideradas realizáveis (Estágios 1 e 2).

Assim, pela análise das características da carteira de empréstimos e recebíveis, consideram-se como realizáveis as operações com até 90 dias vencidas ou que não apresentarem qualquer outro indicativo de perda.

Dentro de cada estágio, além da estratificação da carteira de crédito por Grupos com base em suas características, as operações são também segregadas para análise com base nas suas características, como por exemplo:

- i. Região.
- ii. Produtos.
- iii. Prazo contratual remanescente.
- iv. Idade do cliente ou beneficiário.

Adicionalmente, após a classificação das operações de crédito conforme os critérios estabelecidos, aquelas que possuírem garantias de melhor qualidade e/ou liquidez, mitiga-se o percentual do saldo coberto pela garantia. No restante é aplicado os critérios estabelecidos de perda esperada.

No Banco, a carteira de crédito foi segregada em dois grupos com critérios distintos, de apuração da provisão:

- v. Créditos avaliados individualmente: Carteira caracterizada pela aplicação de provisionamento a partir de gatilhos de *impairment* definidos a partir da especificidade de cada produto.
- vi. Créditos avaliados coletivamente: Carteira caracterizada pela aplicação de modelagem estatística para apuração da perda.

Os Créditos avaliados individualmente são classificados entre os Estágios com base no Manual de Crédito da Instituição e são provisionadas em 100% as operações cuja classificação de crédito apresentem um aumento significativo no risco de crédito (Estágio 3).

Para os créditos avaliados coletivamente a classificação e aplicação de percentuais históricos de perda para cada Estágio é como segue:

- i. Estágio 1: Para a apuração dos percentuais de Perda Esperada no Estágio 1, retroage-se 12 meses na Base de dados e obtém-se um estoque de operações, o qual denominamos de "safra". Observa-se esta



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

- safras durante os 12 meses subsequentes para identificar quais operações entraram em atraso. A relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações a vencer e vencidas até 30 dias será o percentual de atraso desta carteira.
- ii. Estágio 2: Retroage-se 60 meses na Base de dados, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais entraram em atraso. As operações que foram reestruturadas via renegociação de dívida no período analisado enquadram-se como atraso. Já para as operações prorrogadas, observa-se se houve o evento de atraso na nova operação. Por fim, a relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações vencidas de 31 a 90 dias será o percentual de atraso da carteira.
 - iii. Estágio 3: retroage-se 60 meses, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações que pertence ao Estágio 3. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais foram consideradas *impaired* (perdidas). Por fim, a relação entre o valor das operações que foram consideradas *impaired* e o saldo devedor total das operações vencidas acima de 90 dias e a carteira renegociada será o percentual de perda da carteira para o Estágio 3.

Realiza-se os cálculos de apuração dos percentuais contemplando, conforme o caso, até cinco períodos de observação para obtenção de um percentual mediano.

Estes percentuais são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

Antes da apuração dos percentuais de perda da carteira de aplicação segregada entre os Estágios, é observada a melhora das operações entre os estágios, denominada "Cura".

A Cura entre os Estágios é realizada através da análise do prazo médio de regularização observado para cada agrupamento de produto com base na quantidade de parcelas pagas. A análise utiliza-se da observância de 5 safras de operações.

Da análise das safras, considerando os critérios acima, foi gerado de um número médio de parcelas pagas no período de observação em cada agrupamento de produto, número esse que foi aplicado na realização da Cura.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens Imóveis, Máquinas e Equipamentos e Veículos não utilizados operacionalmente, designados para venda ou recebidos por dação em pagamento, nos termos da IFRS 5.

São reconhecidos, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelo Banco e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo.

h) Imobilizado

• De Uso

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

• De Arrendamento

Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Também, o Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do MB como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de tecnológicas. São registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis foi calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- i. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes: são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.
- iii. Provisões: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

As Receitas são reconhecidas na medida em que ocorre a transferência do controle dos bens ou serviços para os clientes, pelo valor que o Banco espera ter direito a receber, levando-se em consideração os seguintes critérios:

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método da taxa efetiva de juros, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

n) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 15.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

o) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

p) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

q) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

r) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

s) Novas normas e alterações e interpretações

Normas ou interpretações novas ou revisadas emitidas pelo IASB, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Não ocorreram no período findo em 31 de março de 2023 normas ou interpretações novas ou revisadas pelo IFRS aplicáveis ao Banco para o exercício, bem como que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Os demais segmentos (Outros) são complementares e estão constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, securitização e tecnologia.

Nesses segmentos, avalia-se mensalmente o resultado obtido e a contribuição das controladas para a formação do resultado final do Banco. Eventuais ajustes são adotados no curso das atividades, quando necessários, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

O Banco dispõe de uma ampla rede de atendimento direcionada para clientes pessoas física e jurídica dos mais diversos setores (vide nota nº 2.2.).

Adicionalmente, tem-se que não há receita de juros decorrente de operações com um único cliente externo, no qual o montante tenha excedido a 10% ou mais da receita de juros do Banco.

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS são como segue:

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Seguros	Marketplace	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Ajustes de Reconciliação ^(iv)	Mar / 2023	Dez / 2022
Disponibilidades	948.983	761	6.634	58	(8.963)	-	947.473	1.226.395
Instrumentos Financeiros	13.264.580	92.811	94.910	35.264	(263.808)	60.178	13.283.935	12.390.260
Ativos não financeiros mantidos para venda	64.194	-	-	-	-	-	64.194	55.315
Ativos fiscais	680.265	5.799	770	3.971	-	25.298	716.103	714.964
Outros Ativos	288.318	4.394	1.820	217	(7.846)	-	286.903	294.541
Investimentos	599.955	13.882	6.659	6.500	(604.665)	-	22.331	22.331
Imobilizado	136.994	10.721	157	2.937	-	533.305	684.114	682.817
Intangível	100.982	-	-	-	-	-	100.982	100.737
Total do Ativo	16.084.271	128.368	110.950	48.947	(885.282)	618.781	16.106.035	15.487.360
Passivos financeiros	13.331.771	-	-	-	(224.978)	-	13.106.793	12.508.002
Passivos fiscais	50.806	3.816	3.051	459	-	54.131	112.263	122.839
Provisões	264.911	3.441	-	155	-	-	268.507	270.495
Outros passivos	698.400	3.056	1.984	952	(8.286)	533.305	1.229.411	1.223.479
Patrimônio Líquido	1.738.383	118.055	105.915	47.381	(652.018)	31.345	1.389.061	1.362.545
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	16.084.271	128.368	110.950	48.947	(885.282)	618.781	16.106.035	15.487.360

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, securitização e tecnologia.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

^(iv) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(v) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Marketplace	Seguros	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Ajustes de Reconciliação ^(iv)	Mar / 2023	Mar / 2022
Receitas da Intermediação Financeira	1.094.335	1.458	5.531	1.107	(7.983)	(23.050)	1.071.398	826.808
Despesas da Intermediação Financeira	(409.395)	-	-	-	7.983	(6.746)	(408.158)	(250.163)
(-) Provisão para perdas esperadas	(111.568)	-	-	-	-	8.946	(102.622)	(112.623)
Resultado da Intermediação Financeira	573.372	1.458	5.531	1.107	-	(20.850)	560.618	464.022
Receitas / (Despesas) Operacionais	(487.313)	16.925	15.270	(551)	(29.609)	-	(485.278)	(383.338)
Participação em Controladas	29.609	105	219	(324)	(29.609)	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	70.542	18.713	26.719	1.984	(3.863)	-	114.095	98.618
Despesas de Pessoal	(127.382)	(611)	(5.480)	(922)	-	-	(134.395)	(115.594)
Outras Despesas Administrativas	(194.176)	(122)	(2.930)	(953)	3.888	1.515	(192.778)	(190.408)
Despesas Tributárias	(41.361)	(1.248)	(3.454)	(373)	-	-	(46.436)	(38.509)
Outras Receitas Operacionais	13.302	103	268	40	(25)	-	13.688	64.461
Outras Despesas Operacionais	(204.548)	(15)	(57)	(3)	-	(1.515)	(206.138)	(176.209)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(33.299)	-	(15)	-	-	-	(33.314)	(25.697)
Resultado Operacional	86.059	18.383	20.801	556	(29.609)	(20.850)	75.340	80.684
IR e CS	(17.763)	(2.553)	(7.336)	(330)	-	9.192	(18.790)	(25.207)
Participações dos não Controladores	(171)	88	-	-	-	(325)	(408)	(69)
Lucro Líquido dos Exercícios	68.125	15.918	13.465	226	(29.609)	(11.983)	56.142	55.408

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(iv) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(v) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Disponibilidades	947.473	1.226.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	277.731	576.235
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	210.633	484.317
Aplicações em depósitos interfinanceiros	67.098	91.918
Total - Circulante	1.225.204	1.802.630

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a hedge de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Contrato de Futuro – Dólar ^(I)				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.274	1.757	1.281	1.742
Contrato de Futuro – DI ^(II)				
Posição passiva Taxa de Juros	2.112.083	1.023.950	2.112.653	1.022.701
Contrato de Futuro – Mini-Índice ^(III)				
Posição ativa – Ibovespa	1.123	1.267	1.101	1.255
Contrato de Futuro – DAP ^(IV)				
Posição passiva – Taxa de Juros	368.957	355.392	368.813	355.431
Total	2.483.437	1.382.366	2.483.848	1.381.129

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações passivas indexadas ao IPCA.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar	1.274	-	-	1.274
Contrato de Futuro – DI	-	-	2.112.083	2.112.083
Contrato de Futuro – Mini-Índice	1.123	-	-	1.123
Contrato de Futuro – IPCA(DAP)	-	317.400	51.557	368.957
Total em 31/03/2023	2.397	317.400	2.163.640	2.483.437
Total em 31/12/2022	3.024	305.982	1.073.360	1.382.366

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado.

<i>Hedge</i> de risco de mercado	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Mar / 2023	Dez / 2022	Mar / 2023	Dez / 2022
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	2.075.785	1.019.938	2.097.272	1.024.470
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(2.097.269)	(1.024.470)	(2.097.269)	(1.024.470)

⁽ⁱ⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 5.5.1.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações.

c) Resultado com Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos", conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	493	(382)	111
Contrato de Futuro – DI	107.321	(119.614)	(12.293)
Contrato de Futuro – Mini-Índice	407	(518)	(111)
Contrato de Futuro – DAP	7.479	(5.686)	1.793
Total em 31/03/2023	115.700	(126.200)	(10.500)
Total em 31/03/2022	115.190	(91.122)	24.068

d) Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de março de 2023 não havia no Banco acordos de compensação a serem apresentados pelo líquido, uma vez que referidos acordos somente serão compensados em caso de inadimplência da contraparte.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

5.2. Títulos e valores mobiliários

a) Composição Títulos e Valores Mobiliários

Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Custo atualizado	Valor justo/Contábil	Custo atualizado	Valor justo/Contábil
Cotas de Fundos de Investimento	276	276	267	267
Cotas de Fundos em Participações	5.185	5.185	5.633	5.633
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	12.962	12.962	12.550	12.550
Cotas de Fundo Imobiliário	25.034	34.394	25.359	34.719
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	100.092	100.137	100.729	100.729
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.231	28.231	28.458	28.458
Letras Financeiras do Tesouro	778.829	778.880	754.316	754.359
Debêntures	1.489	1.489	2.255	2.255
Total Contábil	952.098	961.554	929.567	938.970
Circulante	-	100.340	-	90.211
Não circulante	-	861.214	-	848.759

⁽¹⁾ A Perda Esperada é calculada mediante aplicação do fator de provisionamento de risco de crédito conforme metodologia de avaliação de risco para ativos ilíquidos conforme Manual de Crédito, e registrada na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Ao custo amortizado	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Custo atualizado	Valor Justo	Custo Atualizado	Valor Justo
Fundo de investimentos em direitos creditórios – FIDC – De 1 a 2 anos	-	-	863	863

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado são testados por *impairment* (conforme nota explicativa nº 2.4.d.). Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não ocorreram perdas do valor recuperável para referidos ativos.

b) Perda esperada

A perda esperada segregada por estágios, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2022	Ganhos/Perdas	Compras	Liquidações	31/03/2023
Estágio 1	464	21	4	(40)	449
Debêntures	13	1	-	(7)	7
CRA	406	18	4	(30)	398
CRI	45	2	-	(3)	44
Total Geral	464	21	4	(40)	449

c) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	276	276
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.185	5.185
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	12.962	12.962
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	34.394	34.394
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	30.339	3.750	50.831	15.217	-	-	-	100.137
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.768	1.109	3.382	-	4.057	14.915	-	28.231
Letras Financeiras do Tesouro	11.768	406.643	129.958	149.188	-	81.323	-	778.880
Debêntures	648	841	-	-	-	-	-	1.489
Total Contábil em 31/03/2023	47.523	412.343	184.171	164.405	4.057	96.238	52.817	961.554
Total Contábil em 31/12/2022	37.042	412.106	53.391	224.480	66.038	93.607	53.169	939.833

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito.

5.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Aplicações no mercado aberto	227.392	515.079
Posição bancada	210.633	484.317
Posição financiada	16.759	30.762
Aplicações em depósitos interfinanceiros	135.715	170.145
Total	363.107	685.224
Circulante	313.381	625.788
Não circulante	49.726	59.436

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "captação no mercado aberto", que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

O Banco possui política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com ativos e passivos financeiros.

As aplicações em Operações Compromissadas referem-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento e, portanto, não se vislumbra um cenário de risco de crédito de contraparte.

As aplicações em Depósitos Interfinanceiros seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.696	21.134
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	30.943	18.397
Posição bancada	27.927	15.323
Posição financiada	3.016	3.074
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.753	2.737
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	29.824	24.733
Total	65.520	45.867



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

5.4. Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 5.4.1.)	45.119	51.050
Negociação e Intermediação de Valores	1.731	6.582
Relações Interfinanceira	12.333	48
Total	59.183	57.680
Circulante	47.910	16.508
Não circulante	11.273	41.172

5.4.1. Títulos e créditos a receber

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Créditos a receber	3.964	3.572
Precatórios	9.282	8.850
Direitos creditórios	31.489	31.489
Títulos de capitalização	59	5.485
Outros	325	1.654
Total	45.119	51.050
Circulante	33.846	9.876
Não circulante	11.273	41.174

No período os Títulos e Créditos a Receber estão apresentados líquidos de provisão no montante de R\$ 11.962 (R\$ 10.262 em dezembro de 2022).

5.5. Empréstimos e financiamentos a clientes

Composição	Mar / 2023	Dez / 2022
Operações de crédito ⁽ⁱ⁾	12.085.865	10.899.326
Devedores por compra de valores e bens	49.797	55.364
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	136.386	135.021
Subtotal	12.272.048	11.089.711
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i> ⁽ⁱⁱ⁾	21.487	4.531
Ajuste a valor de mercado carteira destinada à negociação	27.430	31.125
Total Operações de Crédito	12.320.965	11.125.367
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(532.220)	(533.940)
Total	11.788.745	10.591.427
Circulante	5.386.004	4.788.179
Não circulante	6.402.741	5.803.248

⁽ⁱ⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 5.1.).

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco mantém operações classificadas para venda na categoria ao valor Justo por meio do resultado que em 31/03/2023 monta em R\$ 200.003 à taxa do contrato.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

5.5.1. Composição dos empréstimos e financiamentos a clientes

Classificação por produtos	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Total	%	Total	%
Crédito Consignado INSS	6.051.739	49,31	5.442.941	49,08
Empréstimo FGTS	2.012.391	16,40	1.502.833	13,55
CP INSS - Débito em Conta	1.945.660	15,85	1.950.811	17,59
Capital de Giro	619.897	5,05	578.193	5,21
Crédito Consignado Público	479.755	3,91	510.062	4,60
Cartão de Crédito Consignado	451.737	3,68	372.450	3,36
Renegociação	214.936	1,75	235.872	2,13
Cheque Especial	120.717	0,98	110.176	0,99
Crédito Pessoal	106.050	0,86	104.755	0,94
Cartão de Crédito	92.427	0,75	92.863	0,84
Devedores por Compra de val. e Bens	49.797	0,41	55.364	0,50
Crédito Imobiliário	45.897	0,37	46.208	0,42
Empréstimo	27.234	0,22	27.643	0,25
Cheque Empresa	15.016	0,12	10.621	0,10
Crédito Rural	14.941	0,12	15.105	0,14
Outros	23.854	0,22	33.814	0,30
Total	12.272.048	100,00	11.089.711	100,00

Classificação por vencimento	Mar / 2023	Dez / 2022
A vencer	12.053.878	10.869.784
Até 1 ano	5.356.576	4.784.692
Acima de 1 ano	6.697.302	6.085.092
Vencidas	218.170	219.927
Até 1 ano	213.010	217.514
Acima de 1 ano	5.160	2.413
Total	12.272.048	11.089.711

Classificação por Setor	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%
Pessoa física	11.370.085	92,65	10.191.035	91,90
Pessoa jurídica	901.963	7,35	898.676	8,10
Indústria	338.797	2,76	364.674	3,29
Comércio	30.452	0,25	25.310	0,23
Serviços	532.714	4,34	508.692	4,58
Total	12.272.048	100,00	11.089.711	100,00

Concentração da carteira de crédito	Mar / 2023	%	Dez / 2022	%
10 Maiores Devedores	427.067	3,48	429.797	3,88
50 Maiores Devedores	935.130	7,62	898.764	8,10
100 Maiores Devedores	1.043.124	8,50	1.020.481	9,20

5.5.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.007.151	711.631
Renda de Cessão de Crédito	1.312	1.094
Rendas de financiamentos	127	1.695
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.003	15.059
Total	1.015.593	729.479



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

A apropriação da Receita de juros dos Empréstimos e financiamentos a cliente é interrompida quando a operação entra em *impairment*, com base nos critérios detalhados na nota nº 2.4.d.

5.5.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*Impairment*)

A movimentação da Provisão para perdas esperadas (*Impairment*) é como segue:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Saldos no início dos períodos	533.940	505.920
Constituição de provisão	211.585	855.366
Reversão de provisão	(108.963)	(491.540)
Efeito no resultado	102.622	363.826
Entrada por transferência	3.743	-
Baixa de créditos – prejuízo	(108.085)	(335.806)
Saldos no final dos períodos	532.220	533.940
Circulante	244.137	244.967
Não circulante	288.083	288.973

A seguir a composição da perda esperada segregada por estágios:

Estágio 1	Dez / 2022	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2023
Pessoa Física	77.265	2.338	(2.211)	(6.401)	12.684	83.675
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	29.231	2.008	(766)	(937)	1.941	31.477
Crédito Consignado INSS	26.901	104	(934)	(4.952)	9.307	30.426
Crédito Consignado Público	8.921	21	(214)	(274)	(358)	8.096
Cartão de Crédito Consignado	876	2	(2)	(83)	342	1.135
Conta Garantida	17	-	-	-	39	56
Rotativo PF	5.509	126	(219)	(133)	1.188	6.471
Cartão de Crédito	3.430	28	(49)	(3)	116	3.522
Crédito Pessoal	174	40	(3)	(1)	(15)	195
Outros	2.206	9	(24)	(18)	124	2.297
Pessoa Jurídica	1.551	1.435	(10)	(1)	139	3.114
Capital de Giro	338	399	(1)	-	(63)	673
Conta Garantida	419	1	(3)	-	133	550
Cheque Empresa	381	8	(5)	(1)	114	497
Cartão de Crédito	198	1	(1)	-	(24)	174
Outros	215	1.026	-	-	(21)	1.220
Total	78.816	3.773	(2.221)	(6.402)	12.823	86.789

Estágio 2	Dez / 2022	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2023
Pessoa Física	19.135	3.289	(941)	(11.591)	17.193	27.085
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	9.854	1.169	(677)	(6.610)	7.679	11.415
Crédito consignado INSS	4041	1.181	(84)	(3.153)	7.478	9.463
Crédito Consignado Público	1.104	618	(20)	(357)	862	2.207
Cartão de crédito consignado	105	2	(2)	-	(7)	98
Rotativo PF	3.134	237	(108)	(1.178)	1.010	3.095
Cartão de Crédito	283	50	(27)	(19)	11	298
Crédito Pessoal	45	8	(23)	(12)	15	33
Outros	569	24	-	(262)	145	476
Pessoa Jurídica	9.399	651	(125)	(25)	(311)	9.589
Capital de giro	2.815	285	(116)	(16)	(436)	2.532
Conta garantida	184	3	(1)	-	173	359
Cheque empresa	27	5	(8)	(4)	32	52
Cartão de Crédito	30	1	-	(5)	15	41
Outros	6.343	357	-	-	(95)	6.605
Total	28.534	3.940	(1.066)	(11.616)	16.882	36.674

Estágio 3	Dez / 2022	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2023
Pessoa Física	294.330	18.019	(1.397)	(1.078)	(38.524)	271.350
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	125.981	7.547	(1.332)	(403)	(31.497)	100.296
Crédito Consignado INSS	115.168	8.105	(20)	(248)	(4.692)	118.313
Crédito Consignado Público	15.654	630	(1)	(404)	(4.199)	11.680
Cartão de Crédito Consignado	4.048	84	-	-	(40)	4.092
Rotativo PF	16.991	1.311	(18)	(18)	2.178	20.444
Cartão de Crédito	1.549	22	-	-	(373)	1.198
Crédito Pessoal	459	13	(17)	(5)	(73)	377
Renegociação	8.938	27	-	-	156	9.121
Outros	5.542	280	(9)	-	16	5.829
Pessoa Jurídica	132.260	18.044	(1.309)	(641)	(10.947)	137.407
Capital de Giro	16.410	16	(283)	(284)	3.286	19.145
Conta Garantida	171	-	-	-	(2)	169
Cheque Empresa	444	5	-	-	(71)	378
Cartão de Crédito	29	5	-	-	40	74
Renegociação	2.634	18.018	-	-	(20.568)	84
Outros	112.572	-	(1.026)	(357)	6.368	117.557
Total	426.590	36.063	(2.706)	(1.719)	(49.471)	408.757



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Total Geral	Dez / 2022	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2023
Pessoa Física	390.730	(8.620)	382.110
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	165.066	(21.878)	143.188
Crédito Consignado INSS	146.110	12.092	158.202
Crédito Consignado Público	25.679	(3.696)	21.983
Cartão de Crédito Consignado	5.029	296	5.325
Conta Garantida	17	39	56
Rotativo PF	25.634	4.376	30.010
Cartão de Crédito	5.262	(244)	5.018
Crédito Pessoal	678	(73)	605
Renegociação	8.938	183	9.121
Outros	8.317	285	8.605
Pessoa Jurídica	143.210	6.900	150.110
Capital de Giro	19.563	2.787	22.350
Conta Garantida	774	304	1.078
Cheque Empresa	852	75	927
Cartão de Crédito	257	32	289
Renegociação	2.634	(2.550)	84
Outros	119.130	6.252	125.382
Total	533.940	(1.720)	532.220

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d.):

<i>Impairment por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda</i>		
Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Créditos avaliados individualmente	96.870	95.340
Créditos avaliados coletivamente	435.350	438.600
Total	532.220	533.940

5.5.4. Cessões de Crédito

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No trimestre não houve operações de cessão de crédito. No primeiro trimestre de 2022 as cessões foram conforme segue:

Banco	Mar / 2022		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	205.526	176.218	29.308

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

As referidas posições estavam representadas, a valor presente, conforme abaixo.

Saldos	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	605.236	662.943	696.535	752.950
Circulante	176.854	183.389	197.666	201.867
Não circulante	428.382	479.554	498.869	551.083



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

6. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

a) Composição Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Custo	Amortização	Mar / 2023	Dez / 2022
Imóveis	85.055	(21.161)	63.894	55.015
Veículos	302	(2)	300	300
Total	85.357	(21.163)	64.194	55.315

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2022	55.015	300	55.315
Adições	11.500	-	11.500
(-) Provisão	(2.621)	-	(2.621)
Saldo em 31/03/2023	63.894	300	64.194

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes, encontrando-se, dessa forma, no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

7. ATIVOS FISCAIS

7.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	8.435	8.335
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	102.812	100.331
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	16.143	19.055
Impostos e contribuições retidos na fonte	12.957	9.213
Antecipação IRPJ/CSLL	8.065	739
Outros	3.952	2.741
Total geral	152.364	140.414
Circulante	27.367	11.921
Não circulante	124.997	128.493

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado, em 2010 para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante R\$ 15.950, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação do risco por consultores jurídicos externos é remoto.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal – STF em setembro de 2021, referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado em 08/09/2022.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Créditos a recuperar "sub judice"

Em novembro de 2005, o STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 17.354 (R\$ 17.129 em dezembro de 2022).

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

Compõem o grupo Ativo Fiscal Diferido os tributos recuperáveis, incidentes sobre lucros e receitas tributáveis em períodos futuros, de acordo com a IAS 12.

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Base de cálculo – Imposto de Renda	1.250.605	1.274.660
Prejuízo fiscal	154.457	163.535
Diferenças temporárias	1.096.148	1.111.125
Total do efeito do imposto de renda	312.652	318.665
Base de cálculo – Contribuição Social	1.274.418	1.297.269
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	3.609	4.015
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	39.510	32.178
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.053.001	1.074.932
Base negativa à alíquota de 9%	1.639	1.702
Base negativa à alíquota de 15%	24.871	26.647
Base negativa à alíquota de 20%	151.788	157.795
Total do efeito da contribuição social	251.087	255.885
Total – Não circulante	563.739	574.550

b) Movimentação dos créditos tributários nos períodos:

Crédito tributário	Imposto de renda		Contribuição social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2022	277.780	40.885	220.177	35.708
Constituição	52.467	-	41.451	-
Realização	(56.211)	(1.652)	(44.778)	(1.291)
Reclassificação	-	(617)	-	(180)
Efeito líquido no resultado	(3.744)	(2.269)	(3.327)	(1.471)
Saldos em 31/03/2023	274.036	38.616	216.850	34.237
Total	312.652		251.087	
Total Geral		563.739		

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 104.127. (R\$ 106.340 em dezembro de 2022) e estão ativados com realização prevista até 2027.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, como segue:

Exercícios	Realização do crédito tributário		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Mar / 2023	Dez / 2022
2023	84.830	67.414	152.244	206.922
2024	115.309	90.537	205.846	179.713
2025	25.756	25.471	51.227	40.875
2026	7.218	4.791	12.009	3.073
2027	78.773	61.763	140.536	143.899
2028 a 2030	766	1.111	1.877	68
Total	312.652	251.087	563.739	574.550

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na IAS 12, Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

d) Créditos tributários não ativados:

O Banco possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários. O montante do Créditos Tributários não ativados, representariam o montante de R\$ 3.216 no Consolidado.

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	IR	CS
Resultado antes dos impostos	75.340	75.340
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	(18.449)	(18.449)
(+) Adições	120.853	114.597
(-) Exclusões	(147.778)	(160.271)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal e Base Negativa – 30%	(9.104)	(7.874)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	20.862	3.343
Alíquota IR 15% - CS 20%	(3.129)	(709)
Adicional do IR 10%	(2.081)	-
Incentivos Fiscais Atualizados ⁽¹⁾	537	-
Impostos calculados sobre lucro presumido	(1.907)	(690)
Despesa com IRPJ e CSLL	(6.580)	(1.399)
Realização de Créditos Tributários	(6.013)	(4.798)
Total em 31/03/2023	(12.593)	(6.197)
	(18.790)	
Total em 31/03/2022	(13.627)	(11.580)
	(25.207)	



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

⁽ⁱ⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

8. OUTROS ATIVOS

8.1. Despesas antecipadas

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	15.869	20.639
Gastos com mídias digitais ⁽ⁱⁱ⁾	24.640	18.480
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.458	23.550
Total	68.967	62.669
Circulante	28.706	30.286
Não circulante	40.261	32.383

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Recursos aplicados na geração de negócios através de meios digitais na originação de operações de crédito.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Os Devedores por Depósitos em Garantia são representados, basicamente, por depósitos judiciais e estão compostos como segue:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Depósitos recursais trabalhistas	14.526	16.242
Depósitos judiciais trabalhistas	30.001	37.978
Depósitos judiciais fiscais	95.928	96.023
Depósitos de ações cíveis	18.260	19.634
Total – Não circulante	158.715	169.877

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisões” (vide nota nº 14.).

8.3. Devedores diversos

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Empréstimos consignados a processar ⁽ⁱ⁾	2.844	1.901
Cartão de Crédito ⁽ⁱⁱ⁾	29.659	25.067
Outros	5.237	5.547
Total - Circulante	37.740	32.515

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Banco.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
CIP S.A. ⁽ⁱ⁾	11.247	11.247
Gyramais Tecnologia S.A. ⁽ⁱ⁾	6.500	6.500
CERTA-Central de Registros Títulos e Ativos S.A.	4.140	4.140
Outros Investimentos	444	444
Total	22.331	22.331

⁽ⁱ⁾ Empresa adquirida em novembro de 2022.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

10. IMOBILIZADO

10.1. Imobilizado Próprio

a) Composição do Imobilizado Próprio:

Composição	Taxa	Custo	Depreciação	Mar / 2023	Dez / 2022
Propriedade para investimentos ⁽¹⁾	-	3.315	(221)	3.094	3.097
Terrenos	-	2.987	-	2.987	2.987
Edificações	20%	328	(221)	107	110
Imobilizado de uso	-	357.539	(209.824)	147.715	149.422
Equipamentos de processamento de dados	20%	169.077	(116.689)	52.388	57.876
Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	97.897	(37.368)	60.529	55.763
Móveis e equipamentos	10%	80.772	(55.767)	25.005	26.130
Outros	10%	9.793	-	9.793	9.653
Total		360.854	(210.045)	150.809	152.519

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 50.818 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

b) Movimentação do Imobilizado Próprio:

Movimentação	Prop. p/ Investimentos	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	3.097	57.876	55.763	26.130	9.653	152.519
(+) Adições	-	134	7.521	298	179	8.132
(-) Baixas	-	(250)	(6.540)	(17)	(39)	(6.846)
(-) Depreciação no período ⁽¹⁾	-	(5.595)	(2.508)	(1.422)	-	(9.525)
(-) Baixas de depreciação ⁽¹⁾	(3)	223	6.293	16	-	6.529
Saldo em 31/03/2023	3.094	52.388	60.529	25.005	9.793	150.809

⁽¹⁾ Vide nota nº 16.3.

10.2. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Composição	Custo	Depreciação ⁽¹⁾	Mar / 2023	Dez / 2022
Bens de Direito de Uso	1.315.169	(781.864)	533.305	530.298
Equipamentos de processamento de dados	56.575	(56.575)	-	-
Total	1.371.744	(838.439)	533.305	530.298

⁽¹⁾ A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do Imobilizado de arrendamento

Movimentação	Bens de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2022	530.298
Adições	14.446
(-) Baixas	(10.303)
(-) Depreciação no período ⁽¹⁾	(1.136)
Saldo em 31/03/2023	533.305

⁽¹⁾ Vide nota nº 16.3.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Os Bens de Direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de Imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Consolidado.

Total de pagamentos mínimos futuros	Mar / 2023	Dez / 2022
Circulante - Menos de 1 ano	104.375	103.823
Não circulante - De 1 a 5 anos	506.833	503.947
Total do passivo de arrendamento	611.208	607.770
(-) Juros Futuros	(77.903)	(77.472)
Passivo de arrendamento a valor presente - (vide nota nº 14.2.)	533.305	530.298

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Despesa com juros	40.018	26.018
Despesa com depreciação	18.764	10.935
Resultado líquido	58.782	36.953

No período, não houve ajuste de redução ao valor recuperável dos Bens de direito de uso.

11. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

Composição	Taxa	Custo	Amortização	Mar / 2023	Dez / 2022
Sistemas de Processamento de dados		204.600	(124.203)	80.397	78.135
Sistemas de Segurança	5%	10.832	(7.274)	3.558	3.991
Sistemas de Comunicação		7	(4)	3	5
Licenças e Direitos de uso		28.019	(10.995)	17.024	18.606
Total		243.458	(142.476)	100.982	100.737

b) Movimentação do Intangível

Movimentação	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2022	78.135	3.991	5	18.606	100.737
(+) Adições	8.168	2	-	1.097	9.267
(-) Baixas	(1)	-	-	(363)	(364)
(-) Amortização no período ⁽¹⁾	(5.905)	(435)	(2)	(2.679)	(9.021)
(+) Baixas de Amortização	-	-	-	363	363
Saldo em 31/03/2023	80.397	3.558	3	17.024	100.982

⁽¹⁾ Vide nota nº 16.3



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

12. PASSIVOS FINANCEIROS - AO CUSTO AMORTIZADO

12.1. Depósitos

Descrição	Indeterminado	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
À Vista	526.843	-	-	-	-	526.843	542.847
Poupança	184.707	-	-	-	-	184.707	196.467
Interfinanceiros	-	181.839	123.050	-	60.252	365.141	148.436
A Prazo	710	874.791	788.566	989.287	7.639.128	10.292.482	9.946.592
Outros	965	-	-	-	-	965	7.470
Total	713.225	1.056.630	911.616	989.287	7.699.380	11.370.138	10.841.812

12.2. Recursos de aceites e emissão de títulos

Descrição	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Mar / 2023	Dez / 2022
LCA	2.975	15.824	18.773	3.845	-	41.417	46.969
LCI	264	3.883	1.028	-	-	5.175	7.147
Letras Financeiras	-	-	-	28.930	40.033	68.963	66.394
Total	3.239	19.707	19.801	32.775	40.033	115.555	120.510

12.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Vencimento	Valor da operação	Mar / 2023	Dez / 2022
Letra financeira subordinada -Nível II ⁽¹⁾	2023 a 2030	675.995	740.906	568.544
Letra financeira subordinada – Capital complementar ⁽¹⁾	Perpétua	57.650	60.228	53.394
Total Geral			801.134	621.938
Circulante			130.003	105.739
Não circulante			671.131	516.199

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II monta em R\$ 496.887 (R\$ 568.543 em dezembro de 2022) dos quais R\$ 436.659 (R\$ 283.918 em dezembro de 2022) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

12.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Depósitos	308.976	185.111
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	34.196	15.748
Operações compromissadas	2.145	2.400
Outras	3.817	3.518
Total	349.134	206.777



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

13. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Provisões para processos trabalhistas	101.003	108.668
Provisões para processos cíveis	80.748	77.770
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	86.542	83.844
Outras	214	213
Total – Não circulante	268.507	270.495

⁽¹⁾ Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99- índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2022	83.844	108.668	77.770	270.282
Constituição – Vide nota nº 16.7.	2.614	11.105	19.595	33.314
Atualização Monetária	331	3.167	-	3.498
Liquidações	(1.078)	(21.937)	(16.617)	(39.632)
Atualização de Depósitos	831	-	-	831
Saldos em 31/03/2023	86.542	101.003	80.748	268.293
Depósitos judiciais - vide nota nº 8.2.	95.928	44.527	18.260	158.715



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.681 (R\$ 7.666 em dezembro de 2022). As ações tributárias totalizaram R\$ 5.322 (R\$ 11.213 em dezembro de 2022).

14. OUTROS PASSIVOS

14.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

14.2. Obrigações por aquisição de bens e direitos

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Passivo de arrendamento	533.305	530.298
Outros	5.386	16.873
Total	538.691	547.171
Circulante	92.798	109.190
Não circulante	445.893	437.981

14.3. Credores diversos - País

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	53.736	53.609
Provisão para despesas administrativas	130.455	129.364
Comissões sobre intermediação de operação de crédito	12.026	10.259
Outros	63.493	55.688
Total – Circulante	259.710	248.920

⁽¹⁾ Refere-se aos valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Banco.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Mar / 2023		Dez / 2022	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	371.388
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	226.152
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	597.540
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.483.080	593.710
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

O Banco Mercantil é controlado por acionistas representados, basicamente, pelas empresas de participação Lusbem Gestão Participação Societária Ltda, Sapil Ltda, bem como por acionistas pessoas físicas, em sua maioria membros da família Araújo, conforme relacionado no acordo de acionistas.

15.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, com data prevista para 19/04/23, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

15.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	Mar / 2023	% ⁽¹⁾	Mar / 2022
Lucro líquido do período em BRGAAP	68.125		47.117
(-) Reserva Legal	3.407		-
Base de Cálculo	64.718		-
Juros s/ capital próprio provisionados	19.686		-
Juros s/ capital próprio – Valor bruto	19.686		-
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.953)		-
Juros s/ capital próprio provisionados	16.733	25,9%	-

⁽¹⁾ Pertencual dos juros sobre capital próprio sobe a base de cálculo.

15.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Acumulado	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2023	Mar / 2022
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.469.980
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.469.980
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	35.010	21.132	56.142	55.408
Lucro básico por ações	0,5373	0,5373	0,5373	0,5304

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

16. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

16.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Tarifas bancárias	53.955	50.862
Renda de Intermediação de negócios	44.153	30.725
Serviços de arrecadação	6.047	6.698
Cartão de crédito	7.673	6.196
Cobrança	1.043	1.132
Administração de fundos de investimentos	548	568
Garantias prestadas	221	262
Serviços prestados	259	1.973
Outros	196	202
Total	114.095	98.618

16.2. Despesas de pessoal

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Honorários	12.645	9.186
Proventos de funcionários	61.298	55.395
Benefícios	22.924	19.724
Encargos sociais	24.858	22.273
Participações no lucro	12.670	9.016
Total	134.395	115.594

16.3. Despesas administrativas

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Água, energia e gás	3.244	3.920
Amortização e depreciação	29.988	52.850
Comunicações	2.751	2.752
Materiais, manutenção e conservação de bens	9.072	8.310
Processamento de dados	33.886	25.895
Propaganda, publicidade e publicações	6.364	10.572
Serviços de terceiros	64.433	61.804
Serviços do sistema financeiro	5.370	1.203
Transportes	10.021	8.180
Outras	27.649	14.922
Total	192.778	190.408

16.4. Despesas tributárias

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
ISSQN	5.776	4.321
COFINS	33.410	28.113
PIS	5.592	4.708
Outros tributos	1.658	1.367
Total	46.436	38.509



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

16.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Reversão de provisões	1.128	1.949
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	3.738	30.629
Recuperação de encargos e despesas	3.863	4.772
Outras receitas	4.959	27.111
Total	13.688	64.461

⁽¹⁾ No primeiro trimestre de 2022, refere-se reconhecimento de variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.843.

16.6. Outras despesas operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽¹⁾	160.874	127.814
Despesas de caráter eventual ⁽²⁾	12.310	21.631
Variações monetárias passivas	3.344	3.654
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	94	19
Outras despesas	29.516	23.091
Total	206.138	176.209

⁽¹⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽²⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

16.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Provisões trabalhistas	11.105	8.402
Provisões fiscais	2.614	25
Provisões cíveis	19.595	17.270
Total	33.314	25.697

16.8. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, são como segue:

Descrição	Mar / 2023	Mar / 2022
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ⁽¹⁾	-	(3.313)
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽¹⁾	-	28.843
Total	-	25.530

⁽¹⁾ Valores referentes ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias dos impostos federais, efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF).



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

17.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	Mar / 2023	Dez / 2022
Ativos	23.087	-	23.087	164.289
Aplicações em DI	16.796	-	16.796	54.594
Outros Ativos	6.291	-	6.291	109.695
- Outros Créditos	904	-	904	717
- Dividendos / JCP a receber	5.387	-	5.387	108.978
(Passivos)	(207.689)	(132.344)	(340.033)	(396.618)
Depósitos	(179.135)	(105.482)	(284.617)	(336.344)
- Poupança	-	(875)	(875)	(601)
- à Vista	(8.964)	(11.842)	(20.806)	(11.102)
- a Prazo	(170.171)	(92.765)	(262.936)	(324.641)
Captações no mercado aberto	(26.773)	-	(26.773)	(25.917)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(9.953)	(9.953)	(10.609)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(6.507)	(6.507)	(5.603)
Outros Passivos	(1.781)	(10.402)	(12.183)	(18.145)
- JCP / Dividendos a pagar	-	(10.402)	(10.402)	(16.035)
- Outras Obrigações	(1.781)	-	(1.781)	(2.110)

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	Mar / 2023	Mar / 2022
Receitas / (Despesas)	(7.408)	(3.258)	(10.666)	(2.398)
Despesas da Intermediação Financeira	(7.519)	(3.258)	(10.777)	(4.465)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	111	-	111	2.067
- Receitas de Prestação de Serviços	2.198	-	2.198	2.223
- Outras Despesas Administrativas	(2.087)	-	(2.087)	(156)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽¹⁾ Controladores - Pessoal chave da administração

17.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Em 2023, a remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que estabeleceu o limite para o exercício social, são conforme segue:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Empresas	Data da AGO	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	19/04/2023	42.728
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 2.2.)	20/04/2023	2.010
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	20/04/2023	4.950
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	28/04/2023	2.020
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	28/04/2023	102
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	28/04/2023	300
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	28/04/2023	9.000
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	28/04/2023	10
SANSA - Negócios imobiliários S.A.	28/04/2023	20
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	28/04/2023	1.000
Domo Digital Tecnologia S.A.	28/04/2023	2.000

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria no valor de R\$ 2.128 (R\$ 1.718 em março de 2022).

Até 31 de março de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da IFRS 2, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

17.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, cujo saldo do ativo atuarial no montante de R\$ 10.465, em 31 dezembro de 2022, foi baixado nos termos das normas em vigor.

O Banco Mercantil (Patrocinador-Líder) e empresas controladas, que também são patrocinadoras, deliberam a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários – CAVA, administrado pela Caixa “Vicente de Araújo” do grupo Mercantil do Brasil – CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano foi autorizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria Previc nº 333, de 18 de abril de 2023.

A CAVA adotará as providencias para liquidação do plano em conformidade com as normas que regem o assunto.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

19. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAc_{pad} (risco de crédito), do RWAm_{pad} - RWAm_{int} (risco de mercado) e RWAo_{pad} (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência e a exposição ao risco é calculada de forma consolidada com base no patrimônio líquido em BRGAAP, abrangendo o conglomerado prudencial. Além disso, têm-se fatores distintos de ponderação de risco atribuídos a determinados ativos e outras exposições e exigência de alocação de parcela do patrimônio para cobrir riscos operacionais e de mercado. O cálculo do Patrimônio de Referência é como segue:

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Mar / 2023	Dez / 2022
Patrimônio de Referência - PR	1.588.099	1.359.500
Patrimônio de Referência Nível I	1.150.496	1.074.578
Capital Principal – CP	1.089.560	1.020.431
Capital Complementar - CC	60.936	54.147
Patrimônio de Referência Nível II	437.603	284.922
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	9.671.304	8.938.361
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{c_{pad}}	8.463.740	7.822.444
Risco de Mercado - RWA _{m_{pad}}	6.898	5.660
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA _{o_{pad}}	1.200.666	1.110.257
Índice de Basileia	16,42	15,21
Capital de Nível I	11,90	12,02
Capital Principal	11,27	11,42



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 20,81% (22,25% em dezembro de 2022).

20.1. Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

20. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, OPERACIONAL, DE LIQUIDEZ, SOCIOAMBIENTAL E DE MERCADO

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Banco Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Banco Mercantil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos Banco Mercantil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Banco Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site*: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

a) Gerenciamento do risco de crédito

Entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Banco Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2023	Dez / 2022
Sudeste	11.803.976	10.655.586
Nordeste	435.121	425.219
Sul	44.327	42.759
Centro-Oeste	447.338	385.196
Norte	38.548	40.364
Total Geral	12.769.310	11.549.124

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	Mar / 2023	Dez / 2022
Pessoa Física	11.775.352	10.571.937
Pessoa Jurídica	993.958	977.187
Construção civil	203.288	203.831
Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados	225.303	203.942
Prestação de serviços	194.016	171.310
Biocombustíveis açúcar	72.320	75.450
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	27.245	37.428
Alimentos	36.203	38.315
Comércio varejista	22.360	24.337
Bebidas	12.722	27.171
Transporte de carga e logística	43.142	44.407
Distribuição de combustíveis	15.972	16.222
Outros	141.387	134.774
Total Geral	12.769.310	11.549.124

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	Mar / 2023	Dez / 2022
Até 6 meses	1.709.765	1.605.490
Acima de 6 meses até 1 ano	900.159	828.285
Acima de 1 ano até 5 anos	3.868.338	3.387.592
Acima de 5 anos	6.291.048	5.727.757
Total Geral	12.769.310	11.549.124



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2023			Dez / 2022
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Sudeste	277.860	361.991	325.282	370.089
Sul	2.360	3.612	1.077	3.070
Nordeste	13.007	23.681	12.636	16.555
Centro-Oeste	6.416	14.670	8.741	12.602
Norte	1.965	2.465	647	1.829
Total Geral	301.608	406.419	348.383	404.145

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	Mar / 2023	Dez / 2022
Atraso menor que 30 dias	90.379	205.380
Atraso entre 31 e 90 dias	83.238	88.267
Atraso entre 91 e 180 dias	55.780	87.258
Atraso entre 181 e 365 dias	44.067	32.133
Atraso maior que 365 dias	2.818	780
Total Geral	276.282	413.818

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	Mar / 2023	Dez / 2022
Curso Normal	-	-
Curso Anormal	104.772	123.122
Total Geral	104.772	123.122

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	Mar / 2023	Dez / 2022
10 Maiores	0%	4%
100 Maiores	7%	7%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias são ativos que visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

O quadro a seguir enumera o saldo contábil das operações de crédito com garantias vinculadas e o correspondente valor justo das garantias:



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Descrição	Mar / 2023				
	Suficiente		Insuficiente		
	Carteira	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	119.746	284.352	31.810	27.487
	Veículos	74	197	-	-
	Crédito imobiliário	44.132	38.527	-	-
Subtotal		163.952	323.076	31.810	27.487
Pessoa jurídica		343.184	738.147	89.593	157.295
Total geral		507.136	1.061.223	121.403	184.782

Descrição	Dez / 2022				
	Suficiente		Insuficiente		
	Carteira	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	108.852	291.068	46.448	26.457
	Veículos	116	711	-	-
	Crédito imobiliário	44.426	38.528	-	-
Subtotal		153.394	330.307	46.448	26.457
Pessoa jurídica		278.519	635.590	206.269	254.126
Total geral		431.913	965.897	252.717	280.583

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Banco adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Banco realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Banco possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

Instrumentos Mitigadores

O Banco utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras, ao qual está exposto, do risco de grandes variações de preço. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Nesse contexto, a Instituição faz uso do instrumento *hedge* com o intuito de proteger uma determinada exposição de variações bruscas de preços, não assumindo nenhuma posição com o intuito de se beneficiar das oscilações de preços.

A Gerência de Gestão de Riscos e Controles monitora o nível de exposição ao risco de mercado por indexador, que é informado ao Comitê de Caixa. Caso alguma exposição não esteja adequada ao nível aceitável de tolerância ao risco, poderá o Comitê de Caixa propor um *hedge*, que deverá ser submetido e aprovado pelo Comitê de Ativos e Passivos (CAP).

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o *IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)* como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*).

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao *IRRBB*, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (*IRRBB*) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	902.559	902.559
Títulos e Valores Mobiliários - LFT	778.880	778.880
Depósitos compulsórios no Banco Central	111.346	111.346
Relações interfinanceiras	12.333	12.333
Nível 2	12.217.125	12.630.234
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	363.107	363.107
Títulos e créditos a receber	45.119	18.423
Negociação e Intermediação de Valores	1.731	1.731
Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundos	18.423	15.083
Operações de Crédito e Outros Créditos	11.788.745	12.231.890
Nível 3	164.251	164.251
Títulos e Valores Mobiliários – CRA, CRI, Debêntures e FIDC	164.251	164.251
Total em 31/03/2023	13.283.935	13.697.044
Total em 31/12/2022	10.193.790	10.566.280



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	711.550	711.550
Depósitos à vista	526.843	526.843
Depósitos de poupança	184.707	184.707
Nível 2	1.185.107	1.183.050
Captações no Mercado Aberto	16.759	14.702
Depósitos Interfinanceiros	365.141	365.141
Relações Interfinanceiras	136.396	136.396
Relações Interdependências	3.868	3.868
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	662.943	662.943
Nível 3	11.210.136	11.207.470
Depósitos a prazo	10.292.482	10.289.952
Outros Depósitos	965	965
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	115.555	115.555
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	801.134	800.998
Total em 31/03/2023	13.106.793	13.102.070
Total em 31/12/2022	12.508.002	12.502.874

- Posições de ativos e passivos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

Em cumprimento a IFRS 7, parágrafo 40, foi realizada a análise de sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de hedge.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 12,72% a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2023 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 9,64% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2023 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 6,43% a.a..



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	5.839	153.568	324.432
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(5.843)	(153.670)	(324.668)
		Efeito Líquido	(4)	(102)	(236)
		Debêntures	(24)	(372)	(744)
TVM	Renda Fixa	CRI	(184)	(7.058)	(14.115)
		CRA	(851)	(25.034)	(50.068)
Total com correlação			(1.063)	(32.566)	(65.163)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(585)	(17.911)	(35.840)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e conseqüente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Banco Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Banco Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Banco Mercantil, mesmo os



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Banco Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Banco, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Banco Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Banco Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Banco instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Banco contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *fundings* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Banco, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas monta em R\$ 83.061 (R\$ 74.339 em dezembro de 2022).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 351.400 (R\$ 346.136 em dezembro de 2022).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu nova regulamentação contábil para os Instrumentos Financeiros alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9, a vigorar a partir de 01/01/2025, que trata principalmente dos ativos e passivos financeiros e resultará em importantes modificações no COSIF.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação.

Nesse contexto, o Banco e instituições financeiras controladas empreenderam seus melhores esforços mediante análise e debate da Resolução CMN nº 4.966/2021 com as principais áreas impactadas pela norma e formularam Plano de Implementação e enviaram ao Bacen em junho de 2022.

O Banco e instituições financeiras controladas estão trabalhando para a tempestiva implementação da norma no prazo regulamentar.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

- f) Evento subsequente – Aumento de capital - Em Assembleia Geral Extraordinária, de 19 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 597.540 para R\$ 702.732, sem alteração na quantidade de ações, passando o valor nominal da ação de R\$ 5,70 para R\$ 6,70, mediante incorporação de parte da “Reservas de Lucros Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 104.832.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES VICE-PRESIDENTES

Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues

DIRETORES EXECUTIVOS

Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Lucas Lopes Kubiaki
Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Rodrigo de Araújo Simões

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Wagner Ricco

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

=====
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao período findo em 31 de março de 2023.

Belo Horizonte/MG, 09 de maio de 2023.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores
Lucas Lopes Kubiaki
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Rodrigo de Araújo Simões

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao período findo em 31 de março de 2023.

Belo Horizonte/MG, 09 de maio de 2023.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores
Lucas Lopes Kubiaki
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Rodrigo de Araújo Simões